

Volume

2

CONEXÃO AMÉRICA LATINA

O FENÔMENO BORIC

● EUGENIO TIRONI

**REFORMA OU REFUNDAÇÃO?
O DILEMA DO GOVERNO BORIC E
DA COALIZÃO APRUEBO DIGNIDAD**

● IGNACIO WALKER

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG





Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação Fernando Henrique Cardoso e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, dedicada ao fortalecimento das instituições e da cultura democrática na América Latina, através do debate pluralista de ideias sobre as transformações na sociedade e na política da região e do mundo

COLEÇÃO: Conexão América Latina - dirigida por Bernardo Sorj e Sergio Fausto

TRADUÇÃO: Fabio Storino

REVISÃO: Beatriz Kipnis e Isabel Penz

PROJETO GRÁFICO: Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Copyright do texto em português©
Edições Plataforma Democrática

O fenômeno Boric - Eugenio Tironi e Reforma ou refundação? O dilema do governo Boric e da coalizão Apruebo Dignidad - Ignacio Walker

São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2022.

56 p. (Coleção América Latina)

ISBN 978-65-87503-09-7

1. Sociologia. I. Tironi, Eugenio e Walker, Ignacio. Título. III. Série.

CDU: 316

CDD: 301

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.



CONEXÃO
**AMÉRICA
LATINA**





APRESENTAÇÃO

Na série Conexão América Latina, publicada por Plataforma Democrática, os leitores encontram ensaios sobre as mudanças políticas, culturais e socioeconômicas que afetam a qualidade da democracia na América Latina, quando não sua própria existência, seja em países específicos, seja em partes da região, seja nela em seu conjunto.

Os textos aqui publicados se dirigem ao público interessado nos caminhos e descaminhos da América Latina, especialistas, acadêmicos, jornalistas, políticos, empresários, ativistas, cidadãos que buscam compreender melhor os destinos de nossa região.

O FENÔMENO BORIC

● EUGENIO TIRONI

Em 11 de março de 2022, Gabriel Boric Font, 36 anos, nascido na região de Magalhães, no sul do Chile, assumiu oficialmente o cargo de presidente do país. Ele é acompanhado por um gabinete ministerial paritário, intergeracional, formado por militantes e independentes, cuja tarefa será liderar um país que, nos anos recentes, enfrentou revoltas e eleições que mostraram novas identidades e urgências. Anos breves, nos quais emergiram tendências sociológicas e fatores históricos de maior fôlego, que levaram a um processo constituinte sem precedentes e à eleição do presidente mais jovem da história política do Chile.

A “convulsão”

As enormes manifestações que se seguiram à surpreendente cena das estações de metrô de Santiago incendiadas em 18 de outubro de 2019 e os distúrbios que eclodiram em todas as cidades do país deixaram claro que o Chile não era o “oásis” do qual se gabava o presidente Sebastián Piñera apenas alguns dias antes diante da imprensa estrangeira. Entre os diversos desconfortos e aspirações que vieram à tona naquela época, houve um que chamou a atenção: a derrubada do presidente Salvador Allende permanecia uma ferida aberta e era fonte de ressentimento silencioso. Além do mais horrendo — a violação massiva dos direitos humanos —, esse evento está associado ao fim de um tipo de sociedade que é lembrado

com nostalgia. Após o golpe militar de 1973, na verdade, o Chile passou de um “modelo europeu”, com um capitalismo voltado para dentro, onde o Estado, os partidos políticos, as associações de classe e os sindicatos ocupavam um papel relevante de articulação, para um “modelo americano”, com um capitalismo voltado para fora e baseado no mercado, na iniciativa privada friedmaniana e no esforço individual. Essa ruptura, deve-se dizer, atingiu uma dimensão planetária depois que o contrapeso da URSS e do comunismo entrou em colapso. No entanto, durante a ditadura, o Chile atingiu uma pureza de laboratório. Com exceção dos mais pobres, a gestão das conquistas e fatalidades da vida foi entregue às capacidades de cada indivíduo no mercado, enquanto o Estado se concentrou em apoiar os mais vulneráveis, regulando suavemente e com pouca capacidade de controle, promovendo investimentos e crescimento econômico.

A Concertación introduziu reformas desse modelo, apesar da resistência da direita e do medo da comunidade empresarial.¹ Digamos que o “europeizaram”, mas não modificaram suas bases, em parte pelos limites impostos pela Constituição em vigor e em parte por decisão própria.² De todo modo, a fórmula funcionou, como evidenciado pelo apoio massivo que recebeu dos cidadãos por duas décadas. Seu sucesso deve-se a um ingrediente: o crescimento econômico, que permitiu que a população desse um salto gigantesco em suas condições de vida e em suas expectativas de progresso em uma sociedade capitalista.

Enquanto isso, o tipo de modernização adotado corroe gradualmente as instituições que, juntamente com o Estado, são tradicionalmente responsáveis por fazer com que a população se sinta parte de uma comunidade possível de ser acessada por conta própria. Os núcleos familiares com ambos os pais se tornaram mais escassos, assim como a vontade dos filhos de cuidar de seus pais idosos. O sentimento religioso se contraiu e a Igreja

1. A Concertación de Partidos por la Democracia [concertação de partidos pela democracia] — mais conhecida como Concertación — foi uma coalizão de partidos políticos de esquerda, centro-esquerda e centro que governou o Chile por quatro administrações, de 11 de março de 1990 até 11 de março de 2010, quando Sebastián Piñera se tornou presidente.

2. Ver Eugenio Tironi, *Crónica de viaje: Chile y la ruta a la felicidad* (Santiago: El Mercurio-Aguilar, 2006).

Católica, enquanto instituição integradora, enfraqueceu-se diante de escândalos de abuso sexual. Partidos políticos tornaram-se máquinas eleitorais e os sindicatos continuaram a definhar. As ideias de república e de nação foram questionadas diante da emergência dos povos originários. O único mecanismo de proteção e coordenação que permaneceu em vigor, apesar dos recorrentes escândalos de conluio e financiamento irregular de campanhas políticas, foi o mercado. Para criar coesão social, porém, era necessário o elixir do crescimento, cuja ausência alimenta a frustração e a angústia, agora multiplicadas pelas redes sociais.

Contudo, desde a crise global de 2008, o crescimento econômico no Chile tornou-se incerto. Isso levou os eleitores a recorrerem, em 2010, a quem eles achavam que poderia recuperá-lo: o empresário Sebastián Piñera. Essas expectativas não foram atendidas e os cidadãos saíram às ruas em 2011 para protestar com os estudantes, que exigiam melhor educação e o fim do “modelo”. Michelle Bachelet endossou essas bandeiras e retornou a La Moneda³ — dessa vez acompanhada pelo Partido Comunista — respaldada por uma votação esmagadora. Mas seu ímpeto reformista não reverteu a estagnação e fez a classe média se sentir ameaçada. O eleitorado retornou para Piñera, que triunfou novamente em 2017, mas as pessoas rapidamente sentiram que as coisas permaneceram iguais ou piores. Mais uma vez eclodiram protestos, dessa vez mais massivos, radicais e violentos. Assim chegou-se à noite de 18 de outubro, quando os incêndios das estações de metrô de Santiago desencadearam uma onda de violência e saques sem paralelo, deixando inúmeros mortos e milhares de detidos.

Nos dias seguintes à chamada “convulsão”, várias interpretações lutaram para prevalecer. Para alguns — incluindo o próprio presidente Piñera —, tudo era explicado pelo ataque de agentes estrangeiros; outros destacaram o papel das redes sociais, da TV, da corrupção, do ensimesmamento dos políticos, do baixo crescimento econômico, do racha geracional e da desigualdade. Não há dúvida de que houve um pouco de tudo isso, mas nenhum desses fatores explicou, sozinho, o que havia acontecido. Bem ou mal, a sociedade chilena conseguiu conviver com tudo isso por muito tempo sem um conflito dessa magnitude.

3. NT: Palácio de La Moneda, a sede presidencial do governo chileno.

Qual foi o estopim?

O sociólogo Bruno Latour e sua escola de pensamento utilizam um conceito que poderia ajudar a elucidar o processo que levou ao surgimento de Gabriel Boric.⁴ Falam de “transbordamento” ao se referir ao tipo de fenômeno que é desencadeado quando artefatos criados pela ação humana, que estavam sob o controle de especialistas e se desenvolviam automaticamente, a ponto de serem considerados naturais, inesperadamente abandonam seu curso e assumem vida própria sob formas sem precedentes, desencadeando apreensão e incerteza. O conhecimento disponível não é capaz de impedir ou antecipar seu surgimento e é impotente para prever sua evolução, pois não conhece suas causas, seus efeitos, sua duração, nem seus remédios.

No Chile, sabia-se que, para milhões de famílias, não havia dinheiro, ou ele acabava antes do fim do mês; o nível de desigualdade se tornava cada vez mais irritante, pois se chocava com o discurso meritocrático; havia a angústia de não se ter controle sobre a própria vida, em uma sociedade onde tudo é regulado pelos automatismos do mercado e onde as autoridades se refugiam em explicações técnicas, recomendações frívolas ou piadas criativas;⁵ crescia a raiva de uma oligarquia política que vive em outro mundo e se concentra em seus cálculos eleitorais; havia frustração ao sentir que haviam feito sua parte, com as famílias investindo em sua própria educação, mas que as expectativas não eram atendidas.⁶ Então, o que fez tudo

4. Para mais detalhes, ver *El desborde* (Santiago: Planeta, 2020), livro em que me aprofundo nos acontecimentos de 18 de outubro de 2019.

5. Nos dias que antecederam o 18 de outubro, alguns ministros do presidente Piñera expressaram seu apoio ao aumento da tarifa do metrô, opiniões que seriam questionadas nas redes sociais e mais tarde nos protestos. O ministro Andrés Fontaine (Economia) destacou que “abriu-se um espaço para que aqueles que acordam cedo possam ser beneficiados por uma tarifa menor”, enquanto Gloria Hutt (Transportes e Telecomunicações), em referência às primeiras evasões estudantis no metrô devido a esse aumento, disse que “os estudantes não têm argumento, a tarifa não aumentou para eles”. No entanto, a fala mais criticada foi a de Felipe Larraín (Fazenda), que naqueles dias disse: “Temos que avisar aos românticos que o preço das flores caiu, então, quem quiser dar flores este mês, seu preço caiu 3,7%”, em referência ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

6. No livro *Capitalismo chileno en el diván* [o capitalismo chileno no divã] (Ediciones Abierta, 2021) aprofundo-me na origem, no desenvolvimento e na crise do modelo socioeconômico

isso explodir, como aconteceu em outubro de 2019?

Há um fator emocional: a crescente irritação diante de um governo — o de Piñera — que fez promessas excessivas em termos de crescimento, emprego e criminalidade, com um estilo oligárquico cada vez menos tolerável para uma população culturalmente mais igualitarista. Também houve a influência crítica de um fator recentemente destacado pelo economista Claudio Sapelli, que afirma ter descoberto “o estopim” da convulsão: a súbita deterioração da situação dos jovens no mercado de trabalho.⁷ Todas as coortes nascidas a partir de 1970 haviam obtido rendimentos maiores do que seus antecessores na mesma idade. Isso vinha diminuindo desde 2008, mas o ponto de inflexão ocorreu com os nascidos em 1989, que têm 33 anos ou menos, que obtiveram rendimentos 14% inferiores. Essa quebra ocorreu em 2019, o ano da convulsão, que teve como protagonista justamente pessoas dessa faixa etária.

Onda global

Os eventos de outubro de 2019 não responderam exclusivamente a fatores endógenos. Foram alimentados e fizeram parte de correntes socioculturais globais que emergiram recentemente.

É impossível, por exemplo, não enxergar a convergência entre os acontecimentos ocorridos no Chile e a crítica à lógica do crescimento econômico que nasce do movimento ambientalista, cujas bandeiras mobilizam os jovens ao redor do planeta. Ou com as correntes indigenistas e pós-colonialistas, que reivindicam outras formas de saber e de viver. Ou com o questionamento da linguagem e das hierarquias da ordem patriarcal, denunciado pelas correntes feministas que, embora tenham uma longa história, passaram por uma massificação explosiva após o #MeToo. Há também

chileno. Também faço uma reflexão sobre o papel do empresariado, do Estado e da Igreja Católica nessa área.

7. Ver “La chispa” [a faísca/o estopim], de Claudio Sapelli, coluna publicada no El Mercurio em 10 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.elmercurio.com/blogs/2022/03/10/96242/la-chispa.aspx>>.

vasos comunicantes com a falência de jovens europeus, muitos deles filhos ou netos de imigrantes que deram tudo para se assimilar, com um sistema que os discrimina e os joga nos braços do dogmatismo e do fanatismo. Há também elementos em comum com a mobilização dos “coletes amarelos” na França, onde o cansaço de uma classe média precarizada tomou forma, com uma elite política indiferente às suas dores, tanto materiais quanto subjetivas. O mesmo ocorre com a reação que culminou no “brexit”, cujo slogan, *Take Back Control* [retome o controle], resumia o cansaço do povo inglês em relação a uma tecnocracia que, em nome do mercado e da globalização, tira das pessoas o controle de suas próprias vidas; algo semelhante, certamente, ao que deu a Donald Trump e sua MAGA (*Make America Great Again* [torne a América grandiosa novamente]) a vitória nos EUA.

Os casos mencionados — e a lista poderia ser mais longa — compartilham pelo menos três características: a rebelião e a politização das classes médias, que se sentem invisibilizadas por uma ordem que favorece as elites dominantes e, marginalmente, os mais pobres; a desconfiança da democracia representativa e a busca de novas formas de participação baseadas nos territórios; e a substituição das ideologias desenvolvimentistas do século 20, sejam de direita ou de esquerda, pelos discursos feminista e ambientalista, disseminados nas salas de aula das universidades.

A era inaugurada em 1989, a do hipercapitalismo, justificava a desigualdade com a promessa meritocrática: caso investissem na educação e se esforçassem, todos poderiam chegar ao topo e a desigualdade começaria a ceder. Essa promessa não foi cumprida. Por outro lado, em uma economia baseada no conhecimento, a concentração de renda e a desigualdade continuaram a aumentar, o que se tornou cada vez mais incompatível com a ideia de igualdade que está na base da democracia. Assim se disseminaram o mal-estar, os protestos e a violência, todos os sinais de uma era que se encerrava.

A isso devemos acrescentar outro fato importante: hoje, sabe-se com certeza que o planeta simplesmente não suporta a ampliação do tipo de desenvolvimento e dos hábitos de vida atualmente identificadas com o progresso. Nesse sentido, ou inauguramos uma nova era de desenvolvimento humano, ou enfrentaremos a extinção. Esse é o dilema que mobiliza as

novas gerações: não simplesmente superar o “modelo econômico neoliberal” ou reformar o sistema político para avançar para uma democracia mais dialógica. Aspiram muito mais: instalar um novo paradigma de convivência, que abarque a linguagem, o conhecimento, a ideia de nação, a relação entre gêneros, povos, regiões e territórios, o vínculo com a natureza e com outras espécies, a arquitetura do poder e da participação, e assim por diante.

Em suma, o “transbordamento” colocou sobre a mesa uma miríade de correntes culturais de abrangência global que marcaram a fogo o que veio a seguir: a composição e a agenda da Convenção Constitucional, e o surgimento e triunfo do fenômeno Boric.

O processo constituinte

Não se sabe quem foi o autor, ou se, como muitas grandes obras, foi um feito coletivo: a verdade é que o Acordo pela Paz Social e pela Nova Constituição, assinado pelos partidos políticos em 15 de novembro de 2019, para desbloquear a crise aberta com a “convulsão” de outubro, permanecerá nos anais da criatividade política.⁸ Além de suas técnicas sofisticadas, a ideia de abrir um processo constituinte, com um referendo de “entrada” e um de “saída”, foi um mecanismo que, apesar de sua fragilidade e do risco de descarrilar, era o único capaz de canalizar uma situação que estava fora de controle. Não havia plataforma melhor para encarar o que estava na base do transbordamento: a crise de narrativa, das normas e das instituições que fixavam um marco comum de direitos e deveres, dando legitimidade ao uso da força policial para defender a ordem pública.

Em 25 de outubro de 2020, no meio de uma pandemia, foi realizado o plebiscito que ratificou o início do processo de construção democrática da

8. Entre 14 de novembro e a madrugada de 15 de novembro de 2019, após mais de quinze horas de negociação na sede do antigo Congresso em Santiago, parlamentares governistas e da oposição, com a anuência do Executivo, concordaram com um documento que deu origem a um processo que levaria a uma nova Constituição. Abandonaram o processo o Partido Comunista e a Convergência Social, partido de Gabriel Boric, que decidiu fazer parte do acordo e assinar de forma individual, enfrentando fortes críticas de sua coalizão, a Frente Ampla.

nova carta fundamental. O “SIM” obteve 78,28% dos votos, triunfando também o mecanismo da Convenção Constitucional, que excluiu a participação do Congresso na elaboração do texto constitucional. Com isso resolvido, nos dias 15 e 16 de maio de 2021 viria uma das eleições mais relevantes dos últimos anos: a dos membros da Convenção encarregados da elaboração de uma nova Constituição, que foi feita com regras eleitorais sem precedentes que contemplavam paridade, assentos reservados aos povos indígenas e listas de independentes.

A coisa mais surpreendente sobre os resultados da eleição convencional foi a própria surpresa. Os sinais existiam. A convulsão, assim como o plebiscito, foi clara em revelar o anseio por mudança, por um lado, e a rejeição da classe política tradicional, por outro. A eleição dos constituintes em maio simplesmente confirmou essas tendências, relegando representantes de partidos políticos — especialmente aqueles identificados com a direita — a posições periféricas na nova Convenção Constitucional, composta principalmente por ativistas identificados com causas e demandas de territórios específicos. Houve, assim, uma composição inédita, mas que, em termos sociodemográficos, representava fielmente a fisionomia do Chile de hoje.

Como observado, as vítimas mais visíveis dessa reconfiguração foram a classe política da transição e seus partidos, da esquerda à direita.⁹ As outras vítimas foram os homens, como efeito da paridade. Ganharam as lideranças ligadas a territórios e causas: isso explica a importância que adquiriu posteriormente a agenda de descentralização. Ganharam os povos indígenas, que obtiveram uma representação sem precedentes, o que também explica o debate que se abriu sobre um Estado plurinacional. Ganhou a geração pós-transição, cujos representantes dominam a Convenção. Ganhou a rejeição ao modelo neoliberal, não pela nostalgia do velho socialismo estatista, mas pelo desejo de um tipo de desenvolvimento que coloca a proteção ambiental no centro (em outras palavras, mais perto de uma Greta¹⁰ do que de um Lênin).

9. Nas eleições municipais e de governadores, no entanto, os partidos recuperaram sua influência tradicional. Foi na Convenção que eles foram rechaçados, o que foi favorecido por um sistema eleitoral que permitia listas de independentes.

10. NT: Greta Thunberg, ativista ambiental.

A eleição dos constituintes de maio de 2021, em suma, inseriu no cenário institucional a agenda expressa nas ruas no dia 18 de outubro. Foi uma grande conquista da democracia chilena e, deve-se dizer, dos partidos políticos, que cederam e concordaram em abrir caminho para o processo constituinte e aceitaram, em um ato heroico, as listas de independentes. Segundo muitos observadores, isso confirma, mais uma vez, o talento proverbial da sociedade chilena para processar institucionalmente seus conflitos.

“Não tenham medo da juventude”

Essa frase de Gabriel Boric resumiu a jornada do dia 18 de julho, quando derrotou o candidato comunista Daniel Jadue nas primárias da esquerda. Do outro lado, na direita, outro jovem, Sebastián Sichel, derrotou Joaquín Lavín, que tentava pela terceira vez chegar a La Moneda. A campanha revelou que tanto Jadue quanto Lavín eram personagens de outra época. A mudança no Chile veio com uma nova geração.

A vitória de Boric foi um feito genuíno. Ele liderou uma força política, a Frente Ampla, que nasceu há menos de dez anos. Essa agremiação não tinha problemas com a incorporação à vida institucional, nem em adotar compromissos tão difíceis e polêmicos quanto o de 15 de novembro de 2019. Entre seus quadros estão as grandes correntes culturais de nosso tempo: o ambientalismo, o feminismo e o indigenismo. Isso gerou a identificação (e entusiasmo) dos jovens, permitindo que rompessem com as fronteiras sociais e ideológicas tradicionais e dotando-os de uma densidade intelectual robusta. Foi assim que, em poucos anos, essa nova esquerda conseguiu conquistar posições-chave no parlamento, nos municípios e na Convenção Constitucional. Tudo isso permitiu que enfrentasse com sucesso o prefeito Jadue, o melhor candidato da história do Partido Comunista (PC). Sua arrogância com os jornalistas, sua condenação à convulsão social em Cuba, seu exame de pureza de antigos aliados, sua insinuação de que imporia um controle sobre a imprensa, fizeram com que emanasse um certo ar totalitário incompatível com as aspirações de uma democracia e de uma sociedade complexa.

O primeiro turno presidencial foi realizado em 21 de novembro de 2021. José Antonio Kast, candidato do Partido Republicano (de extrema-direita), obteve 27,91% dos votos, contra Gabriel Boric, que alcançou 25,83%.¹¹ Foi uma surpresa para todos. Ficou evidente que, ao final de 2021, o humor da população já não era mais o mesmo de 2019. Ela viveu a incerteza da pandemia; via que suas realizações estavam em perigo; temia a criminalidade, a violência, a desordem, a imigração descontrolada; sentia-se perseguida pela ditadura viscosa do politicamente correto que dominou a Convenção, que removia certezas tão fundamentais quanto as noções de pátria, família e gênero.

Em circunstâncias em que tudo se torna mais frágil, o que importa não é mais tanto o futuro, mas o presente; não o que eu mereço alcançar, mas o que eu quero proteger; não as palavras, mas as ações; não os programas, mas uma figura de autoridade; não uma identidade a ser explorada, mas um lugar ao qual pertencer. Foi isso que levou muitos eleitores a buscar refúgio em Kast e na direita conservadora. Eles foram os grandes vencedores do primeiro turno presidencial e na eleição parlamentar, onde recuperaram o que haviam perdido nas eleições constituintes em maio: votos, poder e ideias.

Se olharmos em perspectiva, na eleição de 21 de novembro de 2021, os cidadãos enviaram certas mensagens simples e diretas, que continuarão ressoando por muito tempo.

A primeira era: “Cansamos da mera continuidade. Não temos medo de tentar algo novo”. Os números foram impressionantes. Somadas, as candidaturas presidenciais dos partidos que, no governo ou na oposição, nortearam o rumo do país desde 1990, obtiveram apenas 1,7 milhão de votos, contra 5 milhões que alcançaram em 2013. As novas forças, como o Partido Republicano (de extrema-direita), a Frente Ampla (a nova esquerda) e o Partido de la Gente (populista), obtiveram em tempo recorde uma votação que lhes garantiu as primeiras maiorias na eleição presidencial e uma presença relevante no Congresso. De fato, tanto Boric quanto Kast,

11. Os outros candidatos que participaram do primeiro turno foram Franco Parisi (12,80%, Partido de la Gente), Sebastián Sichel (12,79%, Chile Podemos Más), Yasna Provoste (11,61%, Novo Pacto Social), Marco Enríquez-Ominami (7,61%, Partido Progressista) e Eduardo Artés (1,47%, União Patriótica).

em direções opostas, incorporaram agendas reformistas igualmente ambiciosas.

A segunda mensagem era: “Não vamos entregar a ninguém a confiança para usar o poder do Estado à vontade”. Quem tentar — colocando em termos enxadrísticos — arrisca sofrer um mate afogado.¹² O eleitorado colocou a Convenção Constitucional, dominada pela esquerda, diante de um Congresso com uma representação poderosa da direita, e o novo presidente diante de um parlamento praticamente empatado. É um mecanismo de freio e contrapeso que modera as aspirações de refundação, tira a capacidade do governo de intervir e preserva a soberania dos cidadãos sobre suas próprias vidas.

A terceira mensagem era: “Acordem! Não há um só país, há muitos”. Revelou-se, repentinamente, a existência de um sul rural de Kast, um centro urbano de Boric e um norte de Franco Parisi, o candidato populista que, sem pisar no Chile — reside nos Estados Unidos —, e por meio de uma campanha feita apenas pelas redes sociais, obteve o terceiro lugar no primeiro turno. Mas isso não é tudo: os eleitores mais velhos e os homens penderam para Kast, enquanto os jovens e as mulheres penderam para Boric. Essa divisão se atenuou no segundo turno, mas no geral se manteve. Trata-se de um novo traço no Chile, bastante semelhante ao que se observa em outros países.

Reconciliação familiar

“Como você explica que os Estados Unidos passaram rapidamente da euforia do *Yes We Can* [sim, nós podemos] e de um presidente afro-americano para a história do *Make America Great Again* e um supremacista branco como Trump?”, perguntou o repórter do *New York Times* Ezra Klein a Barack Obama. “Mudanças históricas são assim”, respondeu. “Quando uma onda

12. No xadrez, o afogamento é “uma posição em que o enxadrista que tem que efetuar o lance não tem nenhum movimento legal a executar e não está em xeque”, ou seja, o rei não pode se mover para outras casas porque ficaria em xeque ou porque as outras casas estão ocupadas por suas próprias peças, e não possui outras peças que possam se mover ou capturar as peças do adversário. Wikipédia, https://pt.wikipedia.org/wiki/Gloss%C3%A1rio_de_enxadrismo.

se forma em uma certa direção, é inevitável que outra onda venha em sentido contrário”.

O Chile viveu algo semelhante. Como dito anteriormente, quando as eleições parlamentares e presidenciais foram realizadas no final de 2021, já não prevalecia o clima de 2019. A pesquisa do Centro de Estudios Públicos (CEP) de agosto daquele ano mostrou o aumento de velhos temores relacionados à ordem pública e à situação econômica, ao mesmo tempo em que aumentou a rejeição da violência como ferramenta política. Era compreensível. Desde outubro de 2019, já havia muitas águas passadas. A pandemia surgiu, deixando um rastro de dor. Aumentou a vulnerabilidade econômica, meramente atenuada pelos auxílios estatais e pelo saque dos fundos de pensão. O fantasma da inflação emergiu, comprometendo as conquistas que pareciam irreversíveis, como o acesso ao crédito. A criminalidade, o tráfico de drogas e a violência aumentaram seu raio de ação. As instituições aprofundaram seu declínio com novas alegações de abuso e corrupção. Enquanto isso, a Convenção buscava chegar a um acordo sobre suas regras internas de funcionamento, com muitos de seus membros mais preocupados com a *performance* para expressar suas identidades do que com o trabalho na elaboração do novo texto constitucional.

Como se sabe, os sentimentos de medo não vêm apenas do excesso de autoridade e de regras. Também surgem de sua ausência e da ameaça representada pelos outros. Isso ajuda a entender por que Boric perdeu no primeiro turno para Kast, que soube se aproveitar do novo clima. Foi na noite de 21 de novembro de 2021 que esses jovens políticos que só conheciam vitórias experimentaram a derrota, ao menos parcialmente. Boric foi para o segundo turno, mas atrás de Kast, com uma votação reduzida e com um clima no país que exigia respostas a demandas que estavam fora da experiência de vida e da agenda da nova geração, como a escassez e a insegurança.

Mais uma vez demonstrando sua baixa aversão ao risco, para o segundo turno presidencial, Boric tomou um rumo radical em sua campanha. Um dos primeiros sinais foi ir buscar o apoio de Ricardo Lagos e de Carmen Frei, filha do falecido presidente Eduardo Frei Montalva, e então presidente da Democracia Cristã (DC). Esse gesto viria a suturar a profunda cisão criada no campo da centro-esquerda a partir de 2011. Tratava-se de uma fratu-

ra geracional, mais do que ideológica ou programática: os filhos e netos favoritos da Concertación romperam com seus pais, criando um discurso acidamente crítico de seu trabalho — os “30 anos” — e, por vezes, de sua honestidade. E, como se não bastasse, formaram uma agremiação à parte, precipitando assim a obsolescência da velha guarda.

Para Boric, a mudança não foi difícil. Ele pertence a uma geração *gamer*, não doutrinária, acostumada ao jogo, à flexibilidade, ao *reset*. “É minha obrigação refletir sobre nossa própria conduta”, disse ele perante o Conselho Nacional da Democracia Cristã, “e, nesse contexto, hoje sei que a arrogância geracional é uma má conselheira, que não há virtude *em si* na juventude e na novidade”. E acrescentou: “Tenho a mais profunda convicção de que, diante do dilema que nos será apresentado em 19 de dezembro próximo, há mais coisas que nos unem do que nos separam”, desenhando, assim, um futuro comum que justificava abandonar um passado de desavenças e conflitos.

Carmen Frei, em nome da DC, e Ricardo Lagos, a grande figura do socialismo democrático moderno, aceitaram o desafio. Assim como Michelle Bachelet, que viajou especialmente ao Chile e recebeu maternalmente o candidato em sua casa. Em vez de se deixarem levar por ressentimentos, as figuras de ontem optaram por perdoar os erros do passado, assim como um pai ou mãe faz com o filho que um dia lhe virou as costas e que sabe que o mais prejudicado pelo prolongamento da fratura é ele mesmo. Assim, os atos de arrependimento e perdão daqueles dias abriram as portas para uma reconciliação na família da centro-esquerda, agora sob a égide de uma nova geração. Isso, por sua vez, abriu as portas para a confortável vitória de Boric no segundo turno.

O peso da história

Faltavam apenas dois anos para 1988 quando foi realizado o plebiscito que pôs fim à ditadura de Augusto Pinochet. Naquela ocasião, as forças que pediam sua saída obtiveram 55% dos votos, mesmo número que Gabriel Boric obteve no segundo turno presidencial contra José Antonio Kast, um candidato que não escondia sua admiração por Pinochet e que, em um ato

suicida, foi apoiado por toda a direita.¹³ Na verdade, naquela noite de 19 de dezembro, as pessoas saíram às ruas para celebrar com um fervor que lembrou o de 33 anos atrás, quando começou a longa e tumultuada transição do Chile para a democracia.

Mas, por que Boric venceu? Porque ele teve mais votos, é óbvio. Mais do que qualquer outro presidente na história do Chile. Ele conseguiu, como ninguém desde o retorno à democracia, expandir seu arco de apoio no segundo turno depois de ter ficado em segundo lugar no primeiro turno. Não apenas somou os votos daqueles que votaram em outras candidaturas como também atraiu novos eleitores, especialmente jovens de classe média e os mais pobres. Isso em si foi uma grande novidade: quanto maior a participação eleitoral, especialmente de grupos que se sentem excluídos do sistema, mais forte é a democracia.

Boric ganhou porque entendeu que o segundo turno é outra eleição, com um candidato renovado, novas prioridades e mensagens, caras novas. Moderou seu discurso e sua atitude, e fez isso de uma forma crível. Apropriou-se, com firmeza e determinação, de questões que eram estranhas a sua própria experiência de vida, como ordem pública, estabilidade e crescimento econômico. Aproximou-se com humildade para buscar o apoio e os conselhos daqueles que o precederam no longo e áspero curso do progressismo chileno. E eles o receberam com a incondicionalidade com a qual se acolhe o filho que um dia partiu para trilhar seu próprio caminho.

Boric ganhou porque sua campanha alcançou algo que parecia inatingível: reconstituir a velha clivagem entre o “SIM” e o “NÃO” do plebiscito de 1988. Os números são exatamente os mesmos. A figura de Kast certamente ajudou. Ele representa exatamente o que a direita tentou durante anos abandonar porque a condena — como se confirmou — à condição de minoria.

Ganhou porque conquistou a confiança das mulheres. Algo inesperado para um homem jovem, agnóstico e de esquerda. A ameaça do comunismo, que era o discurso constante do candidato do Partido Republicano, desta

13. No segundo turno presidencial, Gabriel Boric (Convergência Social–Apruebo Dignidad) obteve 55,87% dos votos, enquanto José Antonio Kast (Partido Republicano–Frente Social Cristã) obteve 44,13%.

vez não teve sucesso. As mulheres viam em Kast um perigo mais concreto: um retrocesso em suas liberdades e direitos para restaurar uma ordem perdida que é muito patriarcal.

Boric ganhou por sua juventude, e não apesar dela. É a cara de uma nova geração. Com mais energia e ilusões do que as que conduziram a transição, que tem resistido a passar o bastão. Com uma linguagem rápida e direta. Com uma agenda mais diversificada e complexa, focada nos desafios deste século e não nos do que já passou. Com curiosidade e disposição para reconhecer erros que parecem sinceras, mas que, ao final, transmitem confiança. Com coragem e flexibilidade só permitidas àqueles com uma musculatura que o tempo ainda não atrofiou.

Se a extensão da vida útil dos *baby-boomers* — como ficou conhecida a geração nascida entre 1946 e 1964 — foi um fenômeno mundial, no Chile ela foi exagerada. Em todos os níveis. A classe empresarial, que conseguiu se adaptar ao capitalismo neoliberal e às reformas da transição, e que transformou essas mudanças em oportunidades para criar indústrias e grupos econômicos, até agora manteve as rédeas do poder. Os núcleos intelectuais que conceberam e implementaram a revolução capitalista, por um lado, e aqueles que redefiniram o paradigma da centro-esquerda, por outro, dominaram a opinião pública por décadas. Mas foi no campo político que essa raridade atingiu seu ápice. A mesma classe dominante que foi expulsa do poder pela ditadura tomou para si as tarefas de recuperação e de gestão da nova democracia. Isso permitiu que trouxesse consigo os aprendizados da crise e da derrota, mas sua própria experiência de vida a tornou avessa a mudanças e resistente à renovação.

Boric simboliza o fim da hegemonia dos *baby-boomers* em todas as esferas da sociedade: na empresa, com as *startups* e o rejuvenescimento dos cargos gerenciais; no campo acadêmico, que foi profundamente renovado, guardando no baú de recordações muitos dos dilemas e paradigmas do século 20;¹⁴ e, agora, na política. Já estava na hora. Não era possível que a

14. A renovação do campo acadêmico tem sido decisivamente influenciada pela chegada dos beneficiários das bolsas de estudo do programa *Becas Chile* [bolsas Chile], que fizeram pós-graduação nas melhores universidades do mundo. Na verdade, seria impossível imaginar as novas tendências da academia — disseminadas da e para a política, a cultura e a

mesma geração que foi protagonista dos eventos que abalaram o Chile na última parte do século 20 permanecesse à frente dos assuntos públicos.

Para além das questões circunstanciais, Boric venceu pelo peso da história, que às vezes é evasiva, mas, no final, sempre prevalece. Ele tinha por trás a antiga aliança entre a classe média e os mais pobres, bem como a mais recente entre o socialismo secular e a comunidade cristã. Personificou as demandas das marchas de 2011, das feministas, dos aposentados, dos defensores do meio ambiente. Fundiu à sua imagem a violência de 18 de outubro, as manifestações massivas de 25 de outubro e o acordo político de 15 de novembro. Boric, em suma, é a expressão de uma onda que tem raízes profundas e ramificações variadas; e as ondas são, no longo prazo — embora às vezes esqueçamos disso —, mais poderosas do que as ressacas.

Resta saber se a liderança de Gabriel Boric possui o talento de transformar sua vitória eleitoral no momento de fundação de uma nova coalizão, que levará tempo para ser forjada, com uma composição e uma agenda mais amplas, lideradas por uma nova geração. Foi o que conseguiu Patricio Aylwin, que fez do triunfo do “NÃO” contra Pinochet em 1988 a certidão de nascimento de uma coalizão (a Concertación) que, contra todas as previsões, permaneceu unida e garantiu a governabilidade do país por décadas.

Espanha no coração¹⁵

Por que Gabriel Boric e a Frente Ampla conseguiram no Chile o que Pablo Iglesias e o Podemos não conseguiram na Espanha? A questão é pertinente, pois, embora existam diferenças importantes, os paralelos entre a evolução do Chile e da Espanha são inquestionáveis, pelo menos na última metade de século. A transição democrática chilena seguiu de perto o

economia — sem a influência desse programa financiado pelo Estado chileno. Para a renovação das elites, o programa Becas Chile tem sido o que foi o programa Crédito con Aval del Estado [crédito com garantia do Estado] (CAE) para a massificação do Ensino Superior: um mecanismo formidável de diversificação e de massificação das elites.

15. *España en el corazón* é o título de um livro de Pablo Neruda, publicado em 1937, em que narra os horrores da guerra civil.

rastrado da espanhola, embora lá tenha havido um pacto formal e uma nova Constituição, o que no Chile não aconteceu. O processo de modernização econômica, social e cultural, lá ancorado na Europa e aqui na globalização, teve características semelhantes. Isso também vale para o câncer da corrupção, que causou um descontentamento com os “pactos de 1978” e com os “30 anos”. Outra coincidência foi o movimento dos indignados em Madri e os protestos estudantis chilenos, ambos em 2011.

Mas a influência da Espanha sobre os atores políticos chilenos é de ainda mais longa data. A direita tinha no regime de Franco uma referência fundamental, incluindo a forma como se adaptou à democracia. A Democracia Cristã foi alimentada pelo papel desempenhado pelo centro político espanhol durante a transição sob a liderança de Adolfo Suárez. Mas a corrente mais exposta foi a esquerda. Sua transformação de posições marxistas clássicas para posições social-democratas tinha como fonte de inspiração o PSOE de Felipe González. Nos anos subsequentes, o nascimento da Revolução Democrática e da Frente Ampla teve entre suas principais referências o surgimento do Podemos na Espanha, uma coalizão de jovens dedicada a criar uma alternativa às esquerdas social-democrata e comunista a partir de uma perspectiva libertária, feminista, ambientalista e territorial.¹⁶

De fato, a Frente Ampla e o Podemos têm muitas semelhanças. Ambas as forças nascem nas salas de aula de universidades de elite, de líderes que têm amplo capital cultural e que leram os mesmos autores, embora talvez não com a mesma profundidade: Gramsci, Schmitt, Laclau, Mouffe, Mazzucato. Ambas foram forjadas nas lutas sociais: estudantes, feministas, ambientalistas, LGBTQI+. Ambos buscam representar novas identidades e suas lutas em sua mais ampla variedade, ao contrário da esquerda tradicional, ligada ao mundo do trabalho. Fiel a Schmitt, ambas definiram de início um antagonista: a ordem criada por seus pais, os “30 anos” que se seguiram à queda de Pinochet no Chile, o “Regime de 1978” que se seguiu a Franco na Espanha. Ambas rejeitaram a renovação da esquerda tradicional de dentro, representada pela Concertación e pelo PSOE, e se posicionaram como

16. A Revolução Democrática (RD) foi criada em 2016. É o partido hegemônico da Frente Ampla, coalizão formada em 2017 com base em vários partidos à esquerda da Concertación e distantes do PC.

alternativas com matiz geracional, acusando seus antecessores de cumplicidade com o neoliberalismo, quando não de agentes de sua implantação. Ambas construíram um discurso em torno da universalização e da expansão dos direitos sociais, da abolição da ordem patriarcal, da luta contra o aquecimento global, da celebração da diversidade, da promoção da democracia direta, da defesa dos territórios. Em suma, ambas mostraram grande talento para criar organizações, associar-se e vencer eleições.

Com isso, as duas forças alcançaram em poucos anos uma posição esperançosa na rede de poder de seus países. Mas, enquanto a Frente Ampla, com Gabriel Boric, entrou em La Moneda, o Podemos e seu líder histórico Pablo Iglesias parecem cada vez mais longes de ocupar La Moncloa¹⁷. Por que o destino de duas forças siamesas bifurcou? O que as levou a um resultado tão díspar? A resposta exigiria uma tese de doutorado — que certamente haverá —, mas é possível sugerir alguns elementos.

Íñigo Errejón, ex-companheiro de Pablo Iglesias na aventura do Podemos, destaca um fator-chave: o sistema político. O presidencialismo chileno possibilita que uma aliança como a Apruebo Dignidad (a Frente Ampla mais o PC), com apenas 24% dos deputados e 10% dos senadores, leve o maior prêmio: o Executivo. Isso não seria possível em um regime parlamentar como o espanhol, que também subsidia a representação de pequenas cidades rurais com uma inclinação mais conservadora. Em outras palavras, sem o presidencialismo, Boric não teria chegado em La Moneda; e, com um sistema como o chileno, talvez Pablo Iglesias, em seu esplendor, teria chegado em La Moncloa.

Mas nem tudo é explicado pelo sistema político. Há diferenças na forma como pensam ambas as forças, em sua aproximação de outras correntes políticas e na forma como agiram em momentos críticos.

Os homólogos espanhóis da Frente Ampla são mais intelectuais e ideológicos. Seus colegas chilenos desconhecem as velhas disputas doutrinárias que dividiram a esquerda ao redor do mundo, e que ainda estão presentes na vida interna do Podemos. São altamente pragmáticos e estratégicos, formados no campo da engenharia, da economia e do direito, e não em

17. Palácio de La Moncloa, a sede presidencial do governo espanhol.

ciência política, sociologia ou filosofia. Isso os torna menos sofisticados, se preferirem, mas mais flexíveis e eficazes.

A Frente Ampla resolveu de uma maneira melhor — pelo menos até agora — o que poderíamos chamar de “a questão comunista”. Foram capazes de se aliar a ela e derrotá-la sem humilhá-la. Seus principais líderes — começando por Boric — não vêm do berço do PC, mas sim de um socialismo democrático e libertário. Vêm competindo com os comunistas desde seus tempos de universidade e sempre os derrotaram, o que não tem sido um impedimento para uma estreita solidariedade geracional com a camada comunista jovem, cuja figura emblemática é Camila Vallejo, que hoje acompanha Boric em La Moneda. Realizaram confrontos dramáticos, como a ocasião em que Boric assinou o acordo que abriu caminho para o processo constituinte, em 15 de novembro de 2019, e o PC o acusou de se curvar a uma manobra para acabar com a revolta popular. Boric e seu círculo resistiram ao ataque, e isso os colocou onde estão hoje.

Apesar do exposto, e deixando de lado os ressentimentos, a Frente Ampla e o PC formaram a coalizão Apruebo Dignidad para encarar unidos as numerosas eleições que foram realizadas entre 2020 e 2021. Nas primárias para eleger o porta-bandeira presidencial, realizada em julho de 2021, Boric enfrentou o prefeito Daniel Jadue, um candidato formidável. Contra todas as previsões, e com uma campanha de tom jovem e libertário, Boric o venceu com folga. Essa epopeia foi vital para contrapor o discurso anticomunista de José Antonio Kast na disputa presidencial, e para manter o PC em um lugar digno, mas subordinado. A enorme votação recebida por Boric no segundo turno, que premiou seu discurso inclusivo, permitiu que incorporasse em seu governo as velhas forças social-democratas e deixasse os comunistas em uma posição relevante, mas não dominante.

A Frente Ampla também resolveu de maneira melhor a “questão socialista”. Apesar da condenação da Concertación e de seus líderes históricos, Gabriel Boric e sua equipe mantiveram vivos seus laços com esse mundo. Assim, quando buscaram o aval da velha centro-esquerda — pressionados por um resultado ruim no primeiro turno contra o candidato da extrema-direita —, foram recepcionados de maneira generosa. Um rito-chave foi a aproximação de Ricardo Lagos, que representa no Chile o que Felipe González representa

na Espanha, e que ofereceu a Boric seu apoio incondicional. O mesmo aconteceu com a outra grande figura à esquerda, Michelle Bachelet.

Em poucas palavras, Boric e a Frente Ampla souberam fazer de sua aliança com os comunistas um fator de crescimento eleitoral sem perder sua própria identidade; souberam pactuar quando era oportuno e suportar os dissabores que isso traz nas alas mais ortodoxas; souberam construir pontes com seus antecessores social-democratas, superando os traumas da separação; souberam como passar de um discurso geracional para um discurso nacional. Enfim, souberam como deixar Schmitt de lado para abraçar Gramsci. Não se sabe se o Podemos poderia fazer o mesmo; o que se sabe é que foi isso que levou Boric a La Moneda.

Um novo Chávez?

“Como um país com uma disposição conservadora, e com traumas que o tornaram avesso a rupturas, de repente decide eleger um jovem político provincial formado nas lutas de rua e não nas salas de aula de uma universidade americana, com uma atitude e uma agenda mais próximas das aspirações dos novos ‘bobos’ europeus (burgueses-boêmios) do que dos antigos líderes do terceiro mundo dedicados a emancipar os ‘condenados da terra’?”. A pergunta veio de um velho amigo jornalista, que cobre a América Latina para um influente jornal europeu, que visitava o Chile com a intenção de entender o “fenômeno Boric”.

Ele ficou surpreso com o gigantesco salto geracional: 36 anos separam Boric de seu antecessor, Sebastián Piñera. Ele será o presidente mais jovem da história do Chile e um dos mais jovens do mundo. Ele ficou ainda mais surpreso que, apesar de sua figura ter emergido em oposição à ordem representada por Lagos e Bachelet, recebeu deles apoio incondicional, chave para sua vitória. Tal gesto não teria sido visto na Espanha, por exemplo. Em outros países europeus, quando ocorreu tal aproximação, deu-se sob a hegemonia da velha social-democracia, não da nova esquerda anti-patriarcal e ambientalista, como no Chile. Essa relação com os “pais fundadores” também é uma exceção na América Latina: na Argentina, tudo passa por

Cristina; na Bolívia, por Evo; no Brasil, por Lula; na Venezuela, por Maduro; no Peru, ninguém sabe. No México, os herdeiros de Andrés Manuel López Obrador são todos mais velhos. O Chile, com Boric, é um caso único na centro-esquerda da região.

Outra originalidade, dizia meu amigo, é uma postura internacional muito diferente da “esquerda bolivariana”. Boric não tem dívidas ou problemas com o PC, que faz parte de sua aliança governamental, mas, depois de marcar suas diferenças e vencê-lo. Sua condenação de violações dos direitos humanos na Nicarágua, Venezuela e Cuba tem sido inequívoca. Disse que não se esconderá atrás do anti-imperialismo para compactuar com a violação dos direitos humanos em nenhum lugar do planeta. Não tem medo de falar com o presidente Biden sobre seus “desafios comuns”, entre eles o “fortalecimento da democracia”.

“Como é a relação com os comunistas?”, me perguntou meu amigo de supetão. Não sabia por onde começar, então eu disse: “Não se esqueça que ele é de Magalhães”. Ele arregalou os olhos, surpreso. “É que a geografia importa”, acrescentei, “e aqueles nascidos e educados no fim do mundo, uma paisagem dura, açoitada pelo vento e pelo frio, com um horizonte sem fim e povoada por pessoas que vêm tentar a sorte de todos os cantos do planeta, são pessoas de matiz libertária e não totalitária, individualistas e não coletivistas, cosmopolitas e não nacionalistas”. Na verdade, Boric, que se forjou como líder nas lutas estudantis e em disputas eleitorais e parlamentares e não no cenáculo de um partido, aprendeu quando jovem a lidar com os comunistas e a derrotá-los. Fez isso na Federação dos Estudantes da Universidade do Chile (FECH), quando foi eleito deputado por Magalhães e quando venceu o prefeito Daniel Jadue nas primárias.

“Muitos colegas jornalistas temem que ele seja um novo Chávez”, acrescentou meu amigo. “Mas são diametralmente opostos. Ele é um forte defensor dos direitos humanos e da democracia. E sua agenda é mais parecida com as alianças entre social-democratas e verdes na Europa, ou a de Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez nos EUA, do que com a atual esquerda latino-americana”.

Formar uma coalizão

A equipe que acompanhará o presidente Boric demonstra claramente a intenção de expandir sua base de apoio original (Apruebo Dignidad, ou seja, a Frente Ampla e o PC), com a incorporação de figuras vindas da esquerda tradicional e de outras correntes culturais que foram fundamentais para sua vitória. Na verdade, se olharmos com certo detalhe para a composição de sua equipe, descobriremos pistas valiosas sobre a direção do futuro governo.

Amplitude. É um elenco que atravessa as fronteiras políticas, geracionais e culturais do movimento que o levou ao poder. O novo presidente sabe que uma coisa é ganhar uma eleição, e outra, governar. Este último requer uma coalizão mais ampla em todos os sentidos. Isso é ilustrado pela sua primeira equipe ministerial. Há seus leais companheiros na luta do movimento estudantil e feminista, como Camila Vallejo e Giorgio Jackson — entre outros —, mas também figuras do velho *establishment* da Concertación, como Mario Marcel (Fazenda) e Carlos Montes (Habitação).

Feminista. Seu ministério é composto por 14 mulheres e 10 homens. Com mulheres ocupando cargos-chave e não decorativos, como Interior (que no Chile é o Chefe de Gabinete), Relações Exteriores, Defesa, Saúde e Secretaria Geral de Governo. De fato, o Comitê Político, equipe composta pelo núcleo-duro do governo (ao qual a Ministra da Mulher e da Equidade de Gênero foi incorporada), terá maioria feminina: 3 dos 5 membros.

Jovem. A idade média (49 anos) é a mais baixa da história do Chile, com alta presença de pessoas nascidas fora da Região Metropolitana de Santiago e formadas em escolas públicas.

Intransigente. Com a nomeação de Antonia Urrejola para as Relações Exteriores, uma advogada da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que tem sido crítica severa do que está acontecendo na Venezuela e na Nicarágua, Boric enviou um forte sinal. Acrescentemos a isso uma nomeação cheia de simbolismo: Maya Fernández, neta do presidente Salvador Allende, como Ministra da Defesa.

Independente e “empoderado” (“empoderem-se e impulsionem a mudança”, disse Boric ao nomeá-los). Reúne líderes muito fortes em campos fora

da política. Izkia Siches, por exemplo, no Interior. Ela era presidente do Colegio Médico de Chile¹⁸, onde desempenhou um papel importante na luta contra a pandemia. Fez dupla com Boric após sua derrota no primeiro turno, com eficiência e impacto impressionantes. Giorgio Jackson, companheiro de Boric desde que os dois lideraram as lutas estudantis de 2011, assumiu a estratégica Secretaria da Presidência. Mario Marcel, o economista mais prestigiado do Chile e eleito o melhor banqueiro central do mundo em 2021, assumiu como ministro da Fazenda, encarregado de supervisionar toda a área econômica do governo.

Ao olhar para a equipe que o acompanha, surge uma pergunta: poderá a vitória de Gabriel Boric servir de apoio para uma nova coalizão política, emulando o que fora a vitória do “NÃO” em 1988 para a criação da Concertación? Apoiadores e opositores concordam em destacá-la como um exemplo de coalizão bem-sucedida. Para responder à pergunta, parece útil, portanto, lembrar como ela foi concebida.

Era 1988. A Guerra Fria ainda não havia acabado. Os adeptos de ambos os blocos, o capitalista e o socialista, tinham que se entender. Aqueles que apoiaram o golpe militar — e os primeiros e piores anos da ditadura — tiveram que se reunir com aqueles que tinham sido suas vítimas. E aqueles que aceitaram os mecanismos estabelecidos pela Constituição de 1980 como uma fórmula para recuperar a democracia, com os que defendiam formas mais ou menos violentas de insurreição. Em suma, era preciso encontrar um caminho comum entre aqueles que aspiravam reformar a revolução capitalista de Pinochet para torná-la mais inclusiva e aqueles que promoveram seu desmantelamento para retornar ao Chile pré-1973.

As desavenças da época, como se pode ver, aludiam a posições antagônicas diante de eventos históricos que tinham sido a causa de dores indescritíveis e que ainda estavam vivas na forma de cicatrizes que não haviam cicatrizado, bem como visões dissonantes sobre o passado e o futuro. Mas, contra todas as previsões, a Concertación viu a luz.

O que tornou isso possível? Pinochet, é claro, mas não só isso, como evidenciado pelo fato de que ela sobreviveu ao eclipse de sua figura. Foi fun-

18. NT: Entidade de classe dos médicos chilenos.

damental, em primeiro lugar, a “efervescência coletiva” — como Durkheim chamou os eventos que dão origem às religiões e a todos os tipos de instituições — que produziu a vitória do “NÃO”, cuja dimensão simbólica e moral foi gravada a fogo em várias gerações. Depois disso, foi fundamental a forma como Patricio Aylwin montou sua equipe de governo. Seu ministério foi construído com sutileza. Incluía todas as sensibilidades daqueles que estavam por trás do “NÃO”, agora unidos pelo desafio comum de governar. Era algo como a expressão humana da nova aliança, que perdurou para além de Pinochet e dos quatro anos de Aylwin.

A situação de hoje tem vários paralelos. Entre as forças que apoiam Boric, há obviamente diferenças, mas não as profundas divisões que separaram aqueles que eram contra Pinochet. Sua vitória contra Kast, para as novas gerações, foi considerada uma proeza semelhante à vivida por seus pais e avós, o que os autorizava a pensar que seria capaz de servir de apoio emocional para uma coalizão. A formação da nova equipe de governo também lembra o exercício de Aylwin, embora nas condições de outra época. Sem dúvida, os equilíbrios políticos estão presentes, tanto entre os partidos da Apruebo Dignidad (Frente Ampla e Partido Comunista) quanto o que supõe a incorporação da antiga esquerda concertacionista. Mas agrega outras variáveis e contrapesos: mulheres, homens e minorias sexuais, *millennials* e *baby-boomers*, Santiago e demais regiões, economia e causas sociais, política e ciência, carisma e gestão. O resultado é um mosaico delicado que, como o primeiro gabinete da era democrática, delineia os contornos do que poderia ser uma coalizão apropriada para fornecer governança a uma sociedade complexa. Sua materialização dependerá muito de um fator que foi fundamental na experiência inaugurada em 1990: a liderança do presidente da República.

Vejam até onde chegamos

Temia-se que a mesma coisa acontecesse em 11 de março de 2010. Naquela época, a cerimônia de passagem da faixa presidencial de Michelle Bachelet para Sebastián Piñera foi interrompida pelas réplicas do terremoto devastador que, dias antes, havia devastado o Chile. Desta vez, o país está

emergindo de outro terremoto: o protesto social sem precedentes, violento e massivo de 2019, que levou à eleição de uma Convenção para escrever do zero uma nova Constituição e à vitória de Gabriel Boric, e com ela, a transferência de poder para uma nova geração da esquerda forjada nas lutas estudantis e sociais dos últimos dez anos.

Mas, apesar dos temores, a cerimônia de transmissão do comando em 11 de março de 2022 transcorreu sem réplicas de qualquer tipo. O rosto do presidente que deixava o cargo, Sebastián Piñera, acompanhado de sua família e ministros, mostrou a alegria de ter conseguido levar o navio até o porto, apesar das gigantescas tempestades que teve que enfrentar, incluindo a pandemia. Em seu foro íntimo, deve ter sentido a satisfação de não ter seguido os cantos de sereia que o impeliam a se desviar do curso institucional para restabelecer a ordem rompida pela onda de protestos no final de 2019 e de ter optado, em vez disso, por buscar uma saída por meio do processo constitucional. Em seu foro ainda mais íntimo, deve ter sentido um daqueles prazeres indescritíveis quando viu que era Boric, e não seu oponente, o ultradireitista Kast, que fazia o juramento: isso o deixa perante a história como o elo que deu lugar a uma geração que encarna o melhor que a nova democracia produziu.

Os gestos entre ambos foram carinhosos. Piñera, aliviado, despediu-se com aplausos calorosos. O presidente que chegava, sem gravata, mas vestido com um terno azul impecável, parado sobre o palanque e um pouco tenso com a nova situação, olhou para sua família vinda de Magalhães, bem como seus companheiros de luta — agora ministros — como se dissesse: “Vejam até onde chegamos”.

O dia foi carregado de símbolos sutis destinados a marcar o início de uma nova era: uma chefe do cerimonial rapa nui, vestida da maneira tradicional; uma mulher dirigindo o veículo presidencial; um presidente que faz o juramento em nome do povo, aperta a mão dos militares que estão sob seu comando e se inclina em frente à estátua de Salvador Allende antes de entrar em La Moneda.

Quando começou a escurecer, Boric foi à varanda do palácio presidencial para dirigir suas primeiras palavras como o novo presidente da República

aos partidários que lotaram a Praça da Constituição. Não houve surpresas. Reafirmou suas principais promessas de campanha. Insistiu em fazer parte de um projeto coletivo herdeiro de lutas que vêm acontecendo há séculos. Disse que avançará nas reformas “passo a passo”. Pediu que se cultivasse o respeito mútuo e que a nova Constituição seja “um ponto de encontro e não um ponto de divisão”. Reafirmou sua defesa dos direitos humanos “independentemente da coloração política do governo que os viole”, bem como sua vocação “profundamente latino-americana”.

“Por onde conversamos hoje e ontem entravam mísseis¹⁹”, disse um Gabriel Boric emocionado que, aos 36 anos, abriu as portas de La Moneda para uma geração que nasceu na democracia e teve acesso às oportunidades que ela lhe ofereceu, apesar de seus defeitos.

Agora vem a tarefa de governar, sob restrições que parecem especialmente projetadas para colocar obstáculos e limites aos espíritos excessivamente disruptivos.

Hora de governar

Os eleitores optaram esmagadoramente por Boric, mas, ao mesmo tempo, se encarregaram de eleger um Congresso onde ele não tem maioria em nenhuma das duas casas. Soma-se a isso uma pulverização extrema, com 21 partidos e muitos parlamentares que estavam em listas partidárias, mas que são realmente independentes e agirão como tal. Já em suas primeiras semanas, o novo governo enfrentou problemas por não ter no Congresso uma coalizão homogênea, leal e majoritária.²⁰ O presidente e sua equipe mais próxima têm, no entanto, uma coisa importante a seu favor. Ao contrário de Piñera, Bachelet, Lagos ou Frei, eles se sentem confortáveis frente ao parlamento. Aprenderam sobre políticas públicas em seu plenário, não

19. NT: No golpe de Estado de 1973.

20. Um exemplo da fraqueza do novo governo no Congresso foi a apresentação da proposta de um quinto saque dos fundos de previdência privada que, apesar dos alertas do presidente Boric e seus ministros quanto a seu efeito inflacionário, foi aprovada pela maioria dos deputados “pró-governo”.

nas salas de aula do curso de Administração Pública de uma universidade estrangeira. Pelo mesmo motivo, sentem-se à vontade com a busca de acordos com os adversários.²¹

Paralelamente, o novo governo terá que prestar atenção ao progresso da Convenção Constitucional. Verdade: é preciso respeitar a autonomia do poder “constituente” e “constituído”, mas não podemos fechar os olhos para um fato óbvio: o fracasso da Convenção seria o fracasso do novo governo, uma vez que ambos respondem a um mesmo processo histórico. Esse retrocesso poderia tomar várias formas, com diferentes graus de plausibilidade: a primeira, que o texto aprovado seja rejeitado no plebiscito de saída, o que daria origem a uma poderosa força de oposição e multiplicaria a já elevada incerteza; a segunda, que o texto seja aprovado por uma pequena maioria, o que não lhe daria a legitimidade buscada e consagraria um equilíbrio de forças que poderia atingir tons catastróficos.

Para evitar tais riscos, é necessário que a Convenção cumpra sua missão dentro dos prazos estabelecidos e que o texto aprovado pelos constituintes supere os dois terços obrigatórios, de modo que sua confirmação no plebiscito de saída seja transversal e massiva, como fora em 1989, quando as reformas negociadas entre a Concertación e o regime de Pinochet foram consagradas quando este estava de saída, após ter sido derrotado no plebiscito do ano anterior. Isso exigirá frear o ímpeto de refundação que domina boa parte dos constituintes, que não aspiram simplesmente mudar o modelo econômico ou reformar o sistema político, mas criar, a partir da Constituição, um novo paradigma de convivência, que englobe a linguagem, o conhecimento, a ideia de nação, a relação entre os gêneros, povos, regiões e territórios, o vínculo com a natureza e outras espécies, a arquitetura do poder e da participação; que seguem novas correntes científicas, intelectuais e culturais que, embora ainda não sejam hegemônicas e, portanto, soem extravagantes, têm para eles o mesmo apelo que as ideias neoliberais tiveram para aqueles que fizeram a Constituição de 1980; que estão determinados a experimentar o novo paradigma sem concessões,

21. A esse respeito, basta ver o histórico do deputado Boric: entre 2018-2021, assinou 77 moções, 49 em conjunto com deputados da antiga Concertación e 28 com parlamentares da centro-direita.

baseado na convicção de que isso colocará o Chile na vanguarda de uma mudança planetária.

O novo governo terá que enfrentar emergências como o combate à pandemia, a recuperação econômica, a contenção da inflação, além de todos aqueles derivados da situação no mundo após a invasão da Ucrânia por Putin. Ao mesmo tempo, terá que atacar, desde o início, uma questão sempre desconfortável para os governos de esquerda — e, por que não o dizer, para as novas gerações nascidas na democracia: os problemas de ordem pública, como a criminalidade, o tráfico de drogas, a imigração ilegal, a violência na zona sul que se escuda na causa indígena, bem como a alteração e a destruição dos espaços públicos. A população pode tolerar que a solução para problemas na previdência, saúde, habitação, educação e outros assuntos desse tipo seja gradual e leve tempo; o que dificilmente tolerará é que a questão da ordem pública continue não resolvida, e se isso acontecer, o novo governo certamente será impiedosamente cobrado.

Abordar essa área exigirá a restauração da legitimidade dos Carabineros²², tanto institucional quanto cidadã, e, simultaneamente, encarar a demanda pela “libertação dos presos da revolta”, que hoje é usada como pretexto para a violência nas ruas, que se manteve — se não se acentuou — nas primeiras semanas do novo governo.

Para enfrentar os desafios mencionados anteriormente — e outros que certamente aparecerão —, é fundamental que a nova administração comece a formar uma coalizão que tenha vocação de governo e que ofereça uma vasta maioria, tanto nas instituições políticas quanto na sociedade. Isso implica, por um lado, alinhar com o governo a multiplicidade de partidos que compõem a Apruebo Dignidad e, por outro, construir uma convivência construtiva com as forças da velha centro-esquerda, parte da qual compõe o governo, e que têm um peso relevante no Congresso e nos municípios.

Agora, como se sabe, as coalizões são um prato que se cozinha em fogo baixo e, quando acelerado, inevitavelmente desanda. Esse cozimento não pode se limitar a pactos entre partidos: também deve amadurecer nos movimentos sociais, bem como nas esferas culturais e intelectuais. O que

22. NT: Polícia ostensiva do Chile.

emergir pode nunca alcançar muita formalidade. Basta um propósito geral comum — uma espécie de base moral-emocional — e, a partir daí, pode-se adotar fisionomias variáveis de acordo com os temas e circunstâncias. É assim que funcionam as estruturas nestes tempos, quando as identidades brotam como cogumelos e são cuidadosamente protegidas, e impera o híbrido, o flexível, o adaptativo.

Atender à demanda pela ordem pública, garantir o sucesso da Convenção, continuar o combate à pandemia e a recuperação econômica, conter medidas populistas que aumentam a pressão inflacionária e, acima de tudo, consolidar uma coalizão política que amplie seu arco de apoio e que possua vocação de governo: essas são as prioridades mais imediatas do presidente Boric em seu primeiro ano de gestão. As reformas fundamentais, com exceção da reforma tributária, terão de esperar por águas um pouco mais calmas. Se o jovem líder estudantil for bem-sucedido, ele terá passado de “fenômeno” para chefe de Estado e de governo.

REFORMA OU REFUNDAÇÃO? O DILEMA DO GOVERNO BORIC E DA COALIZÃO APRUEBO DIGNIDAD

● IGNACIO WALKER¹

“Não são por 30 pesos, são por 30 anos.” Este foi o slogan repetido nas ruas, pintado nas paredes das principais cidades e acolhido pelos líderes do Partido Comunista (PC) e da Frente Ampla (FA) nos dias e semanas que se seguiram à revolta de 18 de outubro de 2019. O aumento de 30 pesos na tarifa do metrô, aprovado por um painel técnico, foi o gatilho que levou os estudantes do Ensino Médio a pular (e destruir) as catracas do metrô, uma empresa estatal que transporta 2,8 milhões de pessoas por dia. Mais de 20 estações de metrô foram totalmente destruídas e queimadas — e 100 das 138 estações foram danificadas — na mesma noite de 18 de outubro, em uma ação perfeitamente coordenada e sincronizada de grupos supostamente anarquistas até hoje não identificados (exceto por uma dúzia de jovens que não parecem ser os verdadeiros autores intelectuais dessa destruição de propriedade pública). Além das estações depredadas, o metrô teve que investir 240 milhões de dólares para recuperar o serviço de uma empresa estatal reconhecida por sua eficiência, sustentabilidade financeira e bom atendimento.

1. Pesquisador sênior do CIEPLAN e professor da Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso.

“Evasão em massa, desobediência civil e renúncia de Piñera” foi o slogan gritado nas ruas pelos principais líderes do PC e da FA, incluindo o jovem deputado Gabriel Boric, nos dias que se seguiram à chamada “convulsão social”. O problema não foi o aumento da tarifa do metrô, mas os 30 anos da Concertación (1990-2010) e da Nova Maioria (NM) (2014-2018), as coalizões de centro-esquerda que governaram por 24 dos últimos 29 anos.² A acusação era de que a Concertación, sob os governos de Patricio Aylwin, Eduardo Frei, Ricardo Lagos e Michelle Bachelet, não teria feito nada além de administrar o modelo “neoliberal” herdado da ditadura Pinochet e dos *Chicago Boys*. Algo como a “herança maldita” que os dirigentes do PT atribuíram aos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1992-2002) no Brasil.

Nas noites de 18 de outubro e de 12 de novembro, o Chile estava em chamas.³ A forte e inusitada expressão de violência, incluindo saques a supermercados, destruição de bens públicos e privados, barricadas, ocupação de espaços públicos por diversos tipos de manifestações e uma explosão de crimes comuns misturada com a ação do lumpen fizeram surgir a imagem de um “estado de natureza” de Hobbes, com inúmeras colunas e entrevistas fazendo referência à realidade de um “Estado falido” que, a bem da verdade, há muitos anos já vinha ganhando espaço diante da ação do narcotráfico, do crime comum, do crime organizado e da violência em Araucanía (relacionada ao conflito com o povo mapuche). Alguns especula-

2. Nos dias seguintes, quando vi o entusiasmo com que dirigentes, militantes e simpatizantes da antiga Concertación e da NM se juntaram ao coro e à convulsão social de outubro, eu me permiti enviar um tuíte que dizia: “Lembro aos meus companheiros e camaradas que governamos 24 dos últimos 29 anos”, porque parece que estivemos na calçada em frente e não dividindo as tarefas e responsabilidades do governo. Bem, esse tuíte recebeu umas oito mil curtidas, o que é muito para mim.

3. Ver o artigo de Arturo Fontaine, “Asonada en Chile” [levante do Chile], em *Letras Libres*, 24 out. 2019, na mesma semana da convulsão social: “Os estudantes que participaram do incêndio foram educados com a convicção de que o que existe é mal desde a raiz e, portanto, as chamas cercam o mal. Sua tarefa política é de limpeza moral. Sodoma e Gomorra serão destruídos pelo fogo e enxofre. Seus coquetéis Molotov e acelerantes causam um incêndio purificador. A vibração dessas grandes labaredas anuncia uma nova sociedade. Qual? Ninguém sabe. Mas estão tomados por uma fé religiosa: das cinzas renascerá uma sociedade justa”.

vam sobre uma situação pré-revolucionária da esquerda ou pré-autoritária do tipo fascistóide, com referências a estudos esclarecidos sobre o tema.

O primeiro sinal de um caminho diferente — um caminho institucional que se abria no lugar de um insurrecional — veio com a marcha pacífica e massiva de um milhão de pessoas em 25 de outubro, apenas uma semana após a convulsão de 18 de outubro. Acolhendo as sensíveis demandas sociais da revolta e expondo a velha questão dos métodos de ação política, essa marcha conseguiu fazer reviver uma das características da história política chilena: a dos recursos políticos e institucionais para processar demandas sociais e enfrentar momentos de crise.

Esse foi o mais profundo significado do histórico Acordo pela Paz Social e pela Nova Constituição de 15 de novembro, numa época em que o país se dividia entre declarar estado de sítio diante de uma situação vista como fora de controle ou assinar um acordo político que tentava resolver e processar o conflito na sede institucional. Esse foi o momento dos partidos e parlamentares do governo e da oposição. Esse foi o melhor momento da política chilena dos últimos dois anos. Esse foi o momento em que a liderança de Gabriel Boric foi galvanizada e entrou em processo de consolidação.

Apesar de o PC ter se afastado do Acordo e ter votado contra a reforma constitucional de dezembro de 2019, que deu origem ao processo constituinte em curso, e apesar de seu próprio partido, a Convergência Social, um dos partidos da Frente Ampla, literalmente ter se retirado do local (às 2 horas da manhã de 15 de novembro), Gabriel Boric compareceu para assinar ele mesmo o Acordo, como pessoa física, ao contrário de todos os outros líderes, do governo e da oposição, que assinaram em nome de suas agremiações políticas, da União Democrática Independente (UDI) à Revolução Democrática (RD) (outro partido da FA).

Afirmar em uma coluna no Chile que a assinatura de Boric do Acordo de 15 de novembro foi o equivalente ao “dedo de Lagos” — uma referência ao momento em que Ricardo Lagos deu um recado a Pinochet em um programa de tevê sobre o plebiscito de 1988, apontando o dedo para ele — ou o “tanque de Bachelet”, aquela foto inesquecível de quando Michelle

Bachelet, então ministra da Defesa de Lagos, subiu e se deixou fotografar num tanque do Exército, imagem que penetrou profundamente na imaginação coletiva. Lagos e Bachelet foram os primeiros presidentes socialistas a alcançar o governo desde Salvador Allende, em um arranjo de centro-esquerda (incluindo a Democracia Cristã). Boric é o primeiro presidente a liderar um governo de esquerda desde a Unidade Popular⁴.

E é assim que a história é escrita. Há também o elemento do acaso, como apontou o próprio Boric em uma entrevista, ao lembrar como sua vitória por quatro votos como presidente do Centro Estudantil da Faculdade de Direito da Universidade do Chile o fez surgir no radar da política, chegando então à presidência da Federação dos Estudantes daquela universidade em pleno movimento estudantil de 2011. Foi naqueles dias de convulsão ou revolta e, fundamentalmente, com sua assinatura no acordo de 15 de novembro, que o jovem líder estudantil que virou deputado e líder de um partido de esquerda consolidou sua imagem e liderança.

A partir daí, a liderança de Boric só cresceu e se consolidou. Transformado em candidato pela FA — com um grande esforço para obter as assinaturas exigidas pela lei —, ele conseguiu derrotar ninguém menos que Daniel Jadue, candidato do PC e favorito em todas as pesquisas, em uma prévia partidária da qual participaram 1,6 milhão de pessoas (com 600.000 votos a favor de Boric). Apesar de ter ficado em segundo lugar no primeiro turno contra o candidato de extrema-direita, José Antonio Kast, que havia demonstrado simpatias por Donald Trump e Jair Bolsonaro, uma brilhante campanha no segundo turno conseguiu mobilizar jovens e setores urbanos, levando-o a alcançar 55% dos votos — a mesma proporção obtida pelo “NÃO” no plebiscito de 1988 — contra 45% de JAK, a mesma proporção obtida pelo “SIM” em 1988. Parecia que as clivagens da transição haviam reaparecido com toda sua imponência.

No segundo turno, votaram 1,3 milhão de cidadãos a mais do que no primeiro turno. Havia muita coisa em jogo, especialmente em relação à candidatura da extrema-direita. Gabriel Boric foi o mais jovem presidente eleito da história do Chile, com 36 anos recém-completados, tendo obtido o

4. NT: Partido de Salvador Allende.

maior número de votos. O jovem líder da FA, representando a região sul de Magalhães, foi eleito pela Apruebo Dignidad, uma coalizão política do Partido Comunista e dos partidos da Frente Ampla. O Partido Socialista (PS), o Partido pela Democracia (PPD), a Democracia Cristã (DC) e o Partido Radical Social-Democrata (PRSD), ou seja, os partidos da antiga Concertación, tão vilipendiados pelas próprias forças do PC e da FA, pediram votos para o candidato de esquerda no segundo turno das eleições, contribuindo decisivamente para sua vitória.

Vale notar que a candidata à presidência pelo PS, Paula Narvaez, com o apoio do PPD e do Nuevo Trato — composto por partidos pertencentes à FA que se cindiram quando a coalizão decidiu se aliar ao PC — tinha ido bater à porta dos comunistas e da FA em maio, com a ideia de realizarem juntos uma prévia partidária, recebendo uma reação dura desses partidos (alguns deles chamaram o PPD e o Nuevo Trato de “neoliberais”). A imprensa da época falou que os partidos de esquerda (PC e FA) haviam “fechado a porta na cara” da candidata dos partidos do socialismo democrático e da antiga Concertación (PS, PPD e Nuevo Trato). Naquela mesma noite, em maio de 2021, em uma coletiva de imprensa em horário nobre da tevê, a candidata Paula Narvaez disse, em alto e bom tom: “O PC e a FA não são uma garantia de governabilidade”. A verdade é que o segundo turno das eleições fez com que todos esses partidos, além da DC e do PRSD, fechassem apoio a Boric, o PC e a FA. Vale notar também que as forças de centro-esquerda e a antiga Concertación sofreram um verdadeiro desastre eleitoral no primeiro turno das eleições em novembro, quando sua candidata, Yasna Provoste (DC), que havia vencido uma “consulta popular” contra a própria Paula Narvaez, obteve o quinto lugar, com 12% dos votos. Em matéria parlamentar, os partidos de centro-esquerda obtiveram o pior resultado dos últimos 30 anos.

Até aqui, os fatos. Agora, sua interpretação.

O que explica a convulsão social de outubro de 2019?

Como se explica a convulsão social de outubro de 2019? Há dezenas de teorias e inúmeros livros, artigos, colunas, entrevistas à imprensa e publicações sobre o tema, desde os defensores da ordem, que enfatizaram a falta de decisão por parte do governo e do Estado para reprimir a violência de outubro, a setores da esquerda — cada vez mais hegemônica —, que enfatizaram as reformas estruturais pendentes e a (ir)responsabilidade dos partidos de centro-esquerda ao frustrarem os anseios por mudanças nos últimos 30 anos. Sobre o primeiro tipo de teorias, direi apenas que a acusação contra o governo do presidente Piñera foi exatamente a oposta em relação à repressão de outubro e novembro, tendo constituído violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado (principalmente os Carabineros⁵), como testemunharam organizações internacionais, como a *Human Rights Watch*, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Anistia Internacional e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, e nacionais, como o Instituto de Direitos Humanos.⁶

Sobre o segundo tipo de teorias, provenientes da esquerda extra Concertación, direi apenas que não compartilho dessa opinião sobre os governos da Concertación e da NM, e muito menos sua relação causal com a revolta de outubro. No primeiro caso,⁷ no que diz respeito aos governos da Concertación, foram os melhores 20 anos do século passado no Chile sob quase qualquer parâmetro ou indicador. A Concertación realizou uma transição pacífica para a democracia que significou a derrota do continuísmo de

5. NT: Polícia ostensiva do Chile.

6. Sobre este último, vale recordar que, na opinião de seu diretor, Sérgio Micco, essas violações não teriam sido “sistemáticas”, ou seja, não teriam sido resultado de uma ação deliberada do governo. Deve-se observar também que o promotor do Tribunal Penal Internacional, que revisa os antecedentes de ações que constituem crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade, decidiu que não havia base legal para a audiência do caso sobre os eventos ocorridos no Chile.

7. Minhas reflexões sistemáticas estão em livro de minha autoria, *Pasión por lo posible: Aylwin, la transición y la Concertación* (Santiago: Ediciones UDP, 2020).

Pinochet e das forças do “SIM” e da via insurrecional pelo PC, culminando no triunfo das forças do “NÃO” em outubro de 1988. A economia cresceu em média 5% ao longo de 20 anos, o que significou que a pobreza foi reduzida de 40% para 8,6% (uma das maiores reduções de pobreza do mundo nesses 20 anos), enquanto o Gini variou de 0,55 para 0,45;⁸ o país atingiu o maior Índice de Desenvolvimento Humano da América Latina; a matrícula no Ensino Superior aumentou de 250 mil para 1,2 milhão, com 7 em cada 10 alunos pertencentes a famílias que, pela primeira vez, tiveram acesso ao Ensino Superior, tudo isso acompanhado de um investimento direto e indireto (via concessões) em obras públicas inéditas na história do Chile, com uma cobertura de água potável e rede de esgoto equivalente à de países desenvolvidos, e obras de grande escala em portos, aeroportos, rodovias, entre muitos outros exemplos que poderíamos citar. Basta destacar que o Chile passou do sexto ao primeiro lugar na América Latina em termos de renda per capita e que a presidente Bachelet, que liderou o quarto governo da Concertación, terminou seu mandato com 82% de aprovação nas pesquisas de 2010, um número completamente inédito em termos comparativos.

Como explicar, então, a convulsão social de 2019? Minha hipótese é que é o processo acelerado de crescimento, modernização e desenvolvimento dos últimos 30 anos que explica as tensões, contradições e desigualdades que culminaram na convulsão social de outubro de 2019. As primeiras manifestações desse descontentamento foram vividas em 1997, com uma alta abstenção e votos nulos.⁹ Depois, em 2006, com a “revolução dos pinguins”

8. Isso se refere ao rendimento de trabalho das pessoas, pois, se considerarmos o papel redistributivo do Estado via gasto social (que foi a opção e ênfase da Concertación nesses 20 anos), então a razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres cai para quase a metade. Mais especificamente, se considerarmos a distribuição de renda e os gastos sociais públicos focalizados, a diferença entre o primeiro e o último quintil diminui de 15,3 vezes (se considerarmos apenas a renda própria) para 8,3 vezes (se considerarmos a renda total). *Ibid.*, p. 214.

9. Já o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD sobre o Chile, de 1998, sob o sugestivo título de “Las paradojas de la modernización” [os paradoxos da modernização], chamava a atenção para a agitação social ligada ao processo de crescimento, modernização e desenvolvimento dos anos 1990. Naquele mesmo ano, ocorreu um debate dentro da Concertación entre a “autocomplacência” (assim chamada pela imprensa) e a “autoflagelação”, um debate sobre a verdadeira natureza do processo de modernização em curso.

(mobilização de estudantes secundaristas) e, principalmente, as massivas mobilizações sociais de 2011 lideradas por líderes estudantis como Gabriel Boric, Camila Vallejo e Karol Cariola, ambas do PC, sob o slogan “educação gratuita, pública e de qualidade”, com um forte questionamento do “modelo” (supostamente neoliberal).

Trata-se do velho tema da modernização e do mal-estar social a ela associado, culminando na convulsão social de 2019, que mirou abusos, privilégios — principalmente de elites políticas e empresariais — e desigualdades¹⁰ existentes. Como a sociologia política dos últimos 60 anos vem demonstrando consistentemente — a obra clássica sobre o tema é o livro de Samuel Huntington, *A ordem política em sociedades em mudança* (Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Edusp, 1975) —, a modernização é, por si mesma, disruptiva e leva, no limite, ao “pretorianismo de massa” ou a uma situação de transbordamento institucional (nas palavras do próprio Huntington). Foi isso o que vivemos na convulsão social de 2019, acompanhado de um inusitado componente de violência.

Acrescentemos a isso os erros e inadequações dos governos da Concertación e da Nova Maioria, que levaram a uma perda crescente de sintonia com a população, num contexto de forte questionamento do modelo econômico. O surgimento dos primeiros casos de corrupção nos anos 2000 (de forma alguma uma situação generalizada); a falta de atenção à situação da educação pública (que corresponde a 37% do Ensino Básico e 20% do Ensino Superior); a incapacidade de resolver questões como fila de espera e falta de especialistas em saúde pública (que atendem 80% da população); a manutenção, durante os últimos 30 anos, da contribuição previdenciária de 10%, o que impossibilita o financiamento de aposentadorias decentes;¹¹ a absoluta incapacidade de lidar com a questão do

11. O “Chega de AFP” [administradoras de fundos de pensões] tornou-se um dos mais emblemáticos movimentos sociais. O nome faz referência ao sistema de capitalização individual estabelecido pela ditadura ao longo dos anos 1980. Embora a presidente Bachelet tenha adicionado um pilar solidário na reforma de 2008, estabelecendo uma aposentadoria básica universal e um sistema de contribuição previdenciária solidária, isso não foi capaz de melhorar qualitativamente o nível das aposentadorias, e tem havido questionamentos generalizados em relação a todo o sistema previdenciário, que carece de legitimidade social. O presidente Piñera conseguiu, ao final de seu mandato, aprovar a nova Aposentadoria

crime comum, do tráfico de drogas, do crime organizado e da violência em Araucanía, especialmente na última década¹² e, sobretudo, da imagem dos “mesmos de sempre” instalados no poder e no governo, são algumas das situações, erros e insuficiências que explicam a perda de sintonia com a população, culminando na convulsão social de outubro e novembro de 2019 e no desastre eleitoral da centro-esquerda de novembro e dezembro de 2021.

Esse desastre eleitoral foi devastador, e o que está por trás do triunfo de Boric, da FA e do PC — sob a liderança de um elenco notável de jovens líderes — é um fenômeno forte e uma demanda muito sincera por mudanças geracionais e renovação política (“tiraje de la chimenea” [limpeza da chaminé], versão local do “que se vayan todos” [que todos vão embora] de nossos vizinhos argentinos). A mudança geracional, como aspecto da velha questão da circulação das elites dominantes, é um dos principais fatos da política dos últimos dois anos. Há uma percepção entre os atores sociais e analistas políticos de que estamos diante do fim do ciclo político caracterizado não apenas por um fenômeno de mudança geracional, mas por um questionamento radical do modelo econômico vigente, definido como extrativista, rentista e neoliberal, baseado na exploração dos recursos naturais, na concentração de poder econômico e na desigualdade (ou desigualdades) em favor de uma diversificação da matriz produtiva e exportadora no contexto das mudanças climáticas e dos novos desafios que isso implica para um país em desenvolvimento como o Chile.

Além disso, começou a emergir com grande força algo difícil de explicar, mas que está lá: os militantes e líderes da antiga Concertación começaram a negar seu próprio legado, e as transformações dos últimos 30 anos, ao ponto — como disse — de passarem a aderir ao slogan “Não são por 30 pe-

Garantida Universal (PGU), que conseguiu incorporar mais de 500 mil pessoas à aposentadoria básica garantida.

12. Na centro-esquerda e na esquerda, a questão da criminalidade e da ordem pública — que é a demanda mais sentida da população, como atestam todas as pesquisas dos últimos anos — sempre foi vista como um tema da direita e dos partidos da ordem. Esse tema explica o triunfo do candidato de extrema-direita no primeiro turno das eleições e os 44% dos votos recebidos na urna.

“... são por 30 anos”, como se tivessem estado do lado oposto por 24 dos últimos 29 anos. O desastre eleitoral da centro-esquerda e dos partidos da antiga Concertación em novembro passado — diferentemente das eleições do meio do ano de prefeitos, vereadores e governadores, em que a antiga Concertación obteve uma vantagem confortável sobre o PC e a Frente Ampla — é como o ápice de um processo de deterioração das histórias, propostas e práticas políticas que caracterizaram o Chile nos últimos 30 anos, incluindo a incapacidade de produzir uma nova transformação geracional que permitiria a projeção das principais ideias da centro-esquerda.

A verdade é que, como resultado de tudo isso, o centro foi ficando órfão de representação política e a centro-esquerda foi se tornando um armário vazio. A polarização no primeiro turno entre o candidato do PC e da Frente Ampla, Gabriel Boric, e o candidato de extrema-direita, José Antonio Kast, atingiu duramente a centro-esquerda e a centro-direita, as duas coligações que governaram quase sem contrapeso durante os últimos 30 anos e que sofreram um forte revés eleitoral nas eleições presidenciais.

Todo o processo político-eleitoral descrito anteriormente aconteceu tendo como pano de fundo um processo constituinte em curso, o que acrescenta um elemento importante de complexidade. Quero apenas enfatizar que, ao longo desse processo, o caminho institucional foi se impondo sobre caminho insurrecional que se insinuava entre outubro e novembro de 2019. A expressão mais visível do caminho institucional foi o Acordo pela Paz Social e pela Nova Constituição de 15 de novembro. Este acordo marca o ponto mais alto da política chilena nos últimos dois anos e responde pelos recursos institucionais de que dispõe um país como o Chile ao enfrentar a mais grave crise social e política desde a recuperação da democracia em 1990. No “plebiscito de entrada” de outubro de 2020, o Apruebo obteve 78% de apoio; esse plebiscito, juntamente com uma série de eleições no último ano, são outra expressão de como o caminho institucional foi se impondo (e legitimando) sobre o caminho insurrecional ensaiado em outubro de 2019.

As tensões internas da esquerda

Veremos nos próximos meses como se dará o processo simultâneo de, por um lado, um governo da Apruebo Dignidad (PC e FA), com Boric à frente — um governo que se abre para os partidos do “socialismo democrático” da antiga Concertación na formação do gabinete ministerial de 21 de janeiro — e, por outro lado, uma Convenção Constitucional marcada pela forte presença da esquerda radical (Lista do Povo, PC e FA), com parca representação da direita — equivalente aos 22% obtidos pelo “NÃO” no plebiscito de outubro de 2020 — e uma representação quase nula do centro (a DC elegeu apenas um dos 155 membros). Embora nada acima seja linear, como evidenciado pelas tensões entre o PC e a FA dentro da Convenção Constitucional, é claro que a esquerda radical — vamos chamá-la assim — tende a dominar tanto o governo quanto a Convenção. Na verdade, embora sejam autônomos um do outro, o resultado do trabalho da Convenção, que está marcado para 4 de julho, está intimamente ligado ao bom sucesso do governo.

Diante da força gravitacional da esquerda radical representada em ambas as instâncias (governo e Convenção), há, no entanto, dois contrapesos que devem ser levados em conta ao se fazer uma análise global da situação política. Refiro-me, por um lado, aos dois terços necessários para aprovar o novo texto constitucional — que precisa ser ratificado por maioria absoluta e voto obrigatório no “plebiscito de saída” — e, por outro, o relativo equilíbrio político que emerge das eleições parlamentares de novembro passado, com uma ligeira maioria das forças de centro-esquerda e de esquerda na Câmara dos Deputados e um empate matemático — quando contrastado com forças de direita e de centro-direita — 25/25 em um Senado de 50 membros. Vale ressaltar que a Apruebo Dignidad tem apenas 5 senadores (assim como a DC, por exemplo, que também tem 5 senadores) e 37 dos 155 deputados na Câmara (o mesmo número das forças de centro-esquerda). Há, portanto, uma clara hegemonia da esquerda radical no governo e um predomínio dessas forças na Convenção (com tensões internas) e um maior equilíbrio político no parlamento, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.

Tudo isso obrigaria a buscar acordos e a construir consensos — uma das palavras mais criticadas pela esquerda radical quando se trata de analisar

ou se referir às características da transição e da Concertación. Supõe-se que a “democracia dos acordos”, típica da transição e da Concertación, expressão da “política do possível” instituída pelo governo Aylwin, com sua lógica transacional e concessões recíprocas com a direita, teria sido uma das formas mais eloquentes de virar as costas para as aspirações mais sinceras da população.

Um dos aspectos relevantes do debate público em torno da nova correlação de forças que emergiu das eleições presidenciais de novembro e dezembro refere-se à virada da candidatura de Boric entre o primeiro e o segundo turno: qual Gabriel Boric vai governar, perguntam os analistas: o do primeiro turno (26% dos votos) ou o do segundo turno (55% dos votos)? O espírito de refundação e o populismo de esquerda que está no DNA da Apruebo Dignidad (PC e FA), ou o do espírito reformista de natureza social-democrata que Gabriel Boric insinuou no segundo turno e que o levou à vitória? Em suma, qual tese acabará prevalecendo, a da reforma ou a da refundação?

Isso levanta a questão das tensões que ocorrerão não só entre o governo e a oposição, em um quadro de relativo equilíbrio político no parlamento, mas dentro da Apruebo Dignidad e entre ela e o presidente Gabriel Boric. Essas tensões — especialmente entre o PC e a FA —, como dissemos, já estiveram presentes na Convenção: “a Apruebo Dignidad não existe na Convenção Constitucional”, como declarou publicamente o constituinte Patricio Fernández, do Coletivo Socialista. Essas tensões se replicarão dentro do governo? Conseguirão o PC e a FA cerrar fileira em torno do programa e das tarefas do governo?

Com a vitória no segundo turno, Gabriel Boric já conseguiu transcender as fronteiras de sua própria coalizão política. Isso é demonstrado pela formação do gabinete ministerial. Nele foram incorporados 8 independentes de esquerda (de um total de 24), além de representantes do PS, PPD, Partido Liberal e Partido Radical, mas não a Democracia Cristã que, como dissemos, em sua última assembleia nacional de novembro, decidiu apoiar a candidatura de Boric no segundo turno, mas não participar do governo. Resta saber como o presidente lidará nos próximos meses e anos com as tensões que certamente existirão entre os partidos da Apruebo Dignidad.

Boric já conquistou o governo, agora resta a enorme tarefa de garantir a governabilidade. Mais especificamente, resta saber se a social-democratização — não consigo pensar em um termo mais apropriado — do segundo turno, liderada pelo próprio candidato e com base em seu triunfo eleitoral, encontrará eco dentro de sua própria coalizão.

A melhor demonstração da social-democratização do segundo turno das eleições foi a adoção de dois documentos no campo econômico-social que levaram a uma clara moderação no discurso do candidato, com uma grande incógnita a respeito de como esses documentos serão processados pelos partidos da Apruebo Dignidad. Refiro-me aos documentos “Um crescimento sustentável e equitativo a curto e médio prazo”, de 7 páginas (<https://boricpresidente.cl/propuestas/crecimiento>), e o “Acordo de Implementação Econômica”, de 18 páginas (<https://boricpresidente.cl/propuestas/implementacion>), elaborados e disseminados pelo comitê de assessoramento econômico da candidatura de Gabriel Boric,¹³ que foi batizado de um adendo. O líder da esquerda foi claro ao apontar publicamente, em debates e aparições públicas, que esses documentos refletem sua própria posição como candidato. Devemos assumir que o PC e os partidos da Frente Ampla também consideram ambos os documentos seus, com ênfase na gradualidade e na responsabilidade fiscal? Porque o que está claro é que ambos os documentos entram em conflito com as 229 páginas do “Programa de Governo da Apruebo Dignidad”.¹⁴ Não podemos esquecer que, nos dias seguintes ao primeiro turno das eleições, enquanto o candidato Boric dizia “claro que vamos fazer modificações (ao programa), senão, por que

13. Ambos os documentos foram elaborados por economistas de centro-esquerda, com inclinações social-democratas, que não eram e não fazem parte da Apruebo Dignidad e que têm um reconhecido prestígio intelectual e acadêmico, como Andrea Repetto, Eduardo Engel e Roberto Zahler (ex-presidente do Banco Central). Esses dois documentos reúnem uma certa ortodoxia em questões econômicas, especialmente do ponto de vista da gradualidade das mudanças e da responsabilidade fiscal. Ambos os documentos conseguiram dar uma reviravolta na campanha de Boric após a conquista do voto moderado, do centro, dos independentes e dos novos setores emergentes e aspiracionais da classe média.

14. Minha visão crítica desse programa pode ser lida em <https://www.latercera.com/latercera-pm/noticia/equidad-sin-crecimiento-el-programa-de-boric-ii/3TV6UVEHGFBSPAL-6S2HTHYWEZ4/>

estamos dialogando?”, o presidente do PC, Guillermo Tellier, dizia que “não há tempo para começar a discutir um novo programa, não é o caso, quero deixar claro”, acrescentando que “há um programa da Apruebo Dignidad, e esse é o programa”. Qual dessas versões vai acabar prevalecendo?

Alguns analistas têm se perguntado se esse movimento em direção ao centro, à moderação e à social-democracia foi um movimento tático, de tipo eleitoral, ou se emergiu a partir de suas próprias convicções. O candidato da esquerda foi claro ao apontar que essas definições respondem às suas próprias convicções. Ambos os documentos foram carimbados como “presidente Boric”. O que o PC e os partidos da Frente Ampla pensam? Verdade seja dita, a questão é muito mais de fundo. O que está em jogo é se, por fim, prevalecerá o “populismo de esquerda” — cuja defesa é liderada por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, dois dos principais teóricos da Frente Ampla — ou a marca social-democrata presente no segundo turno das eleições e nos dois documentos do comitê de assessoramento econômico (Boric reconheceu, no último debate presidencial, que não se incomodou com o termo “social-democrata” para definir ambos os documentos). Resta saber se prevalecerá o afã refundador, que tem caracterizado o PC e os partidos da Frente Ampla, ou a pegada reformista que está presente nos documentos acima mencionados e no segundo turno das eleições. Em uma entrevista em janeiro ao *El Mercurio*, o deputado Gonzalo Winter, da Convergência Social, disse que o governo Boric seria reformista, e não refundador, e que o programa era social-democrata. Essa afirmação reflete o consenso dentro da Apruebo Dignidad?

A campanha do segundo turno foi pródiga em gestos aos partidos e líderes da antiga Concertación, recebendo seu apoio nas horas e dias seguintes, incluindo a Democracia Cristã. Particularmente eloquentes foram as reuniões com Ricardo Lagos, Michelle Bachelet e Carmen Frei, líder da DC (na carta que Boric dirigiu ao Conselho Nacional deste último, desculpou-se por uma certa “arrogância geracional”). Eugenio Tironi disse que esses gestos marcam uma “reconciliação” com a geração dos pais, da antiga Concertación, o encontro ou reencontro com aqueles que, até recentemente, insultavam e estigmatizavam. À época, Michelle Bachelet chegou a dizer que os líderes da FA eram “os filhos da Concertación”. A verdade é que ainda não se sabe até que ponto essas convicções e a reviravolta do segundo

turno encontram eco entre os partidos da Apruebo Dignidad, ou se são basicamente fruto das convicções do presidente.

Não houve uma conversão repentina por parte de Boric, muito menos uma negação de seu próprio passado, nem uma mera acomodação tática. O que existe, o que se percebe, o que está no ar é uma liderança política que apresenta uma evolução e amadurecimento em grande harmonia com a sociedade, que emerge como resultado das transformações, tensões e contradições dos últimos 30 anos, e que assiste aos sintomas de um novo ciclo político. Boric terá que gerenciar, processar e digerir suas próprias tensões e contradições — que político não as tem! Foi capaz de reconhecer seus erros, até mesmo pedir perdão e, acima de tudo, alterar e corrigir (como no segundo turno). Não é pouca coisa para um jovem líder que acabou de completar 36 anos e que demonstrou grande capacidade de ouvir, dialogar e mudar. O que há é uma evolução e um processo de amadurecimento não só para ele, mas para aqueles que lideraram o movimento estudantil de 2011, como Giorgio Jackson (RD), atual ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Camila Vallejo (PC), atual ministra da Secretaria Geral de Governo, e Karol Cariola (PC), responsável, como deputada, pelas relações com o parlamento, a geração da nova transformação.

No entanto, resta a questão da coerência da coalizão da Apruebo Dignidad, a coesão (ou falta dela) entre o PC e a FA, e a forma como eles poderão conviver no governo com os partidos da antiga Concertación (PS, PPD e PRSD),¹⁵ apenas com a exclusão — ou automarginalização, melhor dizer — da Democracia Cristã. Como conviverão as falas e as ações dos principais dirigentes do PC e da FA nos últimos dois anos, no contexto da convulsão social, com as tarefas de governo e a responsabilidade que elas implicam? Como a coalizão Apruebo Dignidad assumirá — ou não assumirá — a definição sociológica de Estado como um monopólio do uso legítimo da força diante dos

15. O ex-deputado e membro da Convenção Constituinte do PC, Hugo Gutiérrez, em declarações feitas à imprensa sobre a formação do gabinete ministerial, disse: “Eu não sabia que a Apruebo Dignidad tinha um acordo com a antiga Concertación [...] mas, bem, não se pode deixar de parabenizar o Partido Socialista, que maneira de ganhar perdendo” (20 de janeiro). Deve-se notar que o PS incluiu quatro ministros de suas fileiras (dois deles independentes), enquanto o PC obteve apenas três nomeações, incluindo a porta-voz do governo, Camilla Vallejo, que, como tal, integrará o Comitê Político.

problemas de ordem pública que todo governo tem que enfrentar? Como enfrentará o problema da privatização da violência, que passa pelo tráfico de drogas, crime organizado e violência em Araucanía — o chamado *Wallmapu*¹⁶ —, a ponto de, em algumas partes do país, falar-se em um “Estado falido”? Pedirá para que não se “criminalize o protesto social” — como se vinha fazendo nos últimos dois anos — quando os Carabineros precisarem reprimir barricadas, a destruição de propriedade pública ou privada e os ataques à segurança de pessoas ou da ordem pública, seguindo ordens da ministra do Interior (Izкия Siches, a primeira ministra do Interior na história do Chile)? Ou a coalizão governamental protestará quando o presidente Boric — que já disse que a lei será aplicada — decidir declarar estado de exceção em Araucanía, sob o lema de “não militarizar o Wallmapu”? Você pode gritar palavras de ordem na rua, mas é difícil governar com base em bordões. E a que Estado se aplicam as definições do PC em seu recente 26º Congresso, concluído em dezembro de 2020, em torno da tese da “ruptura democrática e constitucional”,¹⁷ que incluem, nas palavras do presidente do partido durante o encerramento do evento, “mobilizar as massas para cercar a Convenção Constitucional”?

Gabriel Boric tem demonstrado amplamente uma liderança política — assumindo suas próprias tensões e contradições — que o coloca em uma posição muito esperançosa em termos da Presidência da República — a “mola principal da máquina”, segundo a definição clássica de Diego Portales, um dos criadores da ideia de “Estado em forma” no século 19; resta saber se será capaz de lidar com as tensões e contradições dentro de sua própria coalizão política, a Apruebo Dignidad, que passou a incorporar os partidos de esquerda da antiga Concertación.

É sabido que as eleições são escritas em poesia e governos em prosa; o que não sabemos é até que ponto a onda social-democratizadora do presi-

16. NT: Nome dado por grupos separatistas e movimentos indigenistas ao território que os mapuches habitam ou habitaram historicamente, localizados ao sul do Chile e da Argentina.

17. Esta tese é diametralmente oposta ao “governo de um novo tipo”, entendido como um momento de “profunda flexibilidade tática” — uma espécie de atualização da tese da Frente Popular dos anos 1930 e 1940 — que o PC definiu em seu 24º Congresso de 2010 e que facilitou a formação do governo da Nova Maioria (2014-2018).

dente eleito, que o levou à vitória no segundo turno das eleições, encontrará eco dentro de sua própria coalizão. Sem dúvida, a formação do novo gabinete e, em particular, a nomeação de Mario Marcel — ex-presidente do Banco Central (BC) e um dos economistas mais respeitados e veneráveis do Chile e da América Latina — como ministro da Fazenda, nos dá uma pista sobre as verdadeiras intenções do presidente Boric. Marcel é uma pessoa formada no CIEPLAN — seis dos ministros da Fazenda dos últimos 30 anos vieram de lá —, foi assessor de Alejandro Foxley, vice-diretor de Orçamento do governo de Frei Ruiz-Tagle e diretor durante os seis anos do governo de Ricardo Lagos, militante do PS até sua nomeação como presidente do BC; ou seja, vem do DNA da antiga Concertación e se define como um social-democrata.¹⁸

Devemos dar os devidos créditos ao presidente e ao próprio Marcel por aceitar essa posição — este último deixou sua “zona de conforto”, como ele mesmo disse, depois de ter sido confirmado em janeiro passado como presidente do BC pelo presidente Piñera por mais três anos. Tudo isso reforça a tese da social-democratização, com tons reformistas, do segundo turno das eleições. Devemos também estar atentos à forma como a DC vai jogar suas cartas no parlamento e na oposição.¹⁹ Com cinco senadores e oito deputados, é evidente que tem um papel a desempenhar no parlamento. Além disso, esses votos podem ser o fiel da balança da maioria dos projetos de lei, considerando o equilíbrio político expresso no parlamento.

Reforma ou refundação

O que caracteriza o governo Boric e a Apruebo Dignidad é um programa de mudanças e uma agenda de transformação. O dilema que ele enfrenta é se essas mudanças serão tratadas em um tom reformista, como parece ser o

18. Em entrevista no dia 25 de janeiro para a Rádio Universo, Daniel Jadue, ex-candidato à presidência do PC, declarou que “Marcel é um fiel defensor da crença neoliberal”. Para um setor da Aliança Democrática (AD), o neoliberalismo não se distingue qualitativamente ao falar sobre a social-democracia.

19. Houve uma discussão dentro da Democracia Cristã sobre se será uma “oposição” ou uma espécie de instância independente de colaboração com o governo Boric, do ponto de vista de sua agenda transformadora.

desejo do próprio presidente, ou de refundação, como tem sido e é a definição de sua coalizão política de apoio, a Apruebo Dignidad. Além dos sinais vindos do gabinete presidencial, no qual ambas as lógicas coexistem, resta saber qual será o trabalho da Convenção Constitucional, cuja data final é 4 de julho. A presença de uma esquerda radical composta pela Lista Popular, pelo PC e pela FA, numa lógica nem sempre convergente com o Coletivo Socialista, Coletivo do Aprovo e Independentes Não Neutros, apenas para mencionar o espaço político da centro-esquerda, aponta para um conjunto de questões e um resultado bastante incerto, especialmente se considerarmos a exigência de dois terços para a aprovação de um novo texto constitucional que permita dar finalmente por superada a Constituição de 1980.

Talvez uma das formas de iluminar essa tensa relação entre a lógica reformista e a de refundação seja com base em algumas das principais influências intelectuais sobre alguns dos principais líderes e “intelectuais orgânicos” da Frente Ampla, como é o caso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, o que nos dá algumas pistas sobre o assunto em discussão.²⁰ Jaime Bassa, representante da Frente Ampla e vice-presidente da Convenção Constitucional, em seu discurso em 20 de outubro de 2021, disse o seguinte: “Estamos no fim de uma história de despojos; desapropriação dos bens comuns, mas também da capacidade de imaginação política. [...] Esse processo não se trata apenas de escrever um novo texto constitucional, [...] mas o marco fundamental de uma nova institucionalidade e de novas estruturas de poder”. Ernesto Laclau escreveu: “A passagem de uma formação hegemônica para outra, de uma configuração popular para outra, sempre envolverá uma ruptura radical, um *creatio ex nihilo*” (*La Razón Populista*, FCE, 1ª ed., 2005, p. 283). Chantal Mouffe, por sua vez, acrescenta o seguinte: “Há duas maneiras de conceber o reino da política. A abordagem associativa entende-a como o terreno da liberdade e da ação concertada. Por sua vez, a abordagem dissociativa entende-a como o terreno do conflito e do antagonismo. Minha reflexão compartilha a visão dissociativa e a base de uma abordagem teórica desenvolvida em *Hegemonia e estratégia socialista*, segundo a qual “são necessários dois conceitos-chave para lidar com a questão do político: ‘antagonismo’ e ‘hegemonia’. Ambos os conceitos

20. As seguintes linhas foram retiradas do meu artigo “Refundación y populismo de izquierda: el ADN del Apruebo Dignidad”. *El Mostrador*, 4 mar. 2022.

apontam para a existência de uma dimensão de negatividade radical que se manifesta na possibilidade sempre presente de antagonismo” (*Por un populismo de izquierda*, Buenos Aires: Siglo XXI, 2018, p. 65 [Ed. bras.: *Por um populismo de esquerda*, São Paulo: Autonomia Literária, 2020]).

Nas citações anteriores podemos encontrar algumas das chaves para o projeto político e histórico da Frente Ampla, tanto em relação ao governo quanto, em especial, à Convenção Constitucional. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe estão entre os principais — se não os principais — teóricos ou intelectuais do Podemos na Espanha e da Frente Ampla no Chile. O projeto de refundação da Apruebo Dignidad, que também inclui o Partido Comunista, inclui um olhar para trás (história dos despojos) e para a frente (marco fundacional) em termos de uma ruptura radical entendida como *creatio ex nihilo* — ou criação a partir do nada —, nas palavras de Laclau.

É maio de 1968, mas é muito mais do que isso. Tanto Laclau quanto Mouffe tomam esse ponto de partida e o surgimento de movimentos sociais nos anos e décadas seguintes para demonstrar as deficiências ou inadequações do marxismo e da social-democracia, ambos ancorados nas antigas categorias das classes sociais. Assim, surge a necessidade de uma nova teoria política da democracia construída sobre o conceito de “povo”, da construção de um povo, no contexto da crise de hegemonia do projeto neoliberal.²¹ Esse processo de construção hegemônica se dá com base no confronto ou antagonismo entre aqueles de baixo e aqueles de cima, pessoas *versus* oligarquia, tendo como pano de fundo a filosofia política de Carl Schmidt — expressamente citada por Chantal Mouffe na Europa e por Fernando Atria no Chile, um dos principais intelectuais e membros da Convenção Constituinte da Frente Ampla — no que diz respeito à relação de amizade e inimizade enquanto condição *sine qua non* do político.

É importante considerar o ponto de partida e as consequências teóricas que os expoentes do pós-estruturalismo assumem no desenvolvimento de sua concepção de democracia e populismo. Refiro-me à profunda insatisfação de ambos e às críticas radicais dirigidas contra a social-democracia europeia — especialmente até as décadas de 1980 e 1990 —, que teriam se

21. Ver Carlos Ruiz, um dos principais intelectuais da Frente Ampla, “Octubre chileno: la irrupción del nuevo pueblo” (Santiago: Taurus, 2020).

tornado um social-liberalismo, renunciando a um projeto de democracia radical, longe de qualquer vocação transformadora. Não é por acaso que o livro de Laclau foi escrito em 2005, no auge da “Terceira Via” de Anthony Giddens, tendo como pano de fundo os governos de Tony Blair e Gerhard Schroeder, na Grã-Bretanha e Alemanha, respectivamente, uma tendência que também poderia ser aplicada aos governos de Bill Clinton nos EUA, Fernando Henrique Cardoso no Brasil e Ricardo Lagos no Chile.

Eles — especialmente os primeiros — não seriam nada mais do que uma forma disfarçada de neoliberalismo na era do capitalismo globalizado. Surge a necessidade de desmascarar a verdadeira natureza dessa centro-esquerda social-democrata e reformista em favor de uma esquerda radical. Não podemos perder de vista o fato de que, no caso da Espanha, o projeto Podemos emerge como uma crítica radical ao Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e à transição espanhola, enquanto o projeto da Frente Ampla — e da Apruebo Dignidad — emerge como uma crítica radical à experiência reformista de centro-esquerda da Concertación, no contexto de uma transição entendida como transformismo (em termos gramscianos).²²

Laclau reivindica o populismo como expressão da política *tout court* acompanhada de uma crítica às ideias de “consenso de centro”,²³ do apelo às “classes médias” e do processo de despolitização — que Schmidt associa ao liberalismo na era moderna — em nome da simples administração como algumas das manifestações presentes na centro-esquerda europeia, reformista e social-democrata. “O populismo é simplesmente uma forma de construir o político” (p. 11), acrescenta; as pessoas e a identidade popular são um processo em construção, o que supõe uma fronteira de exclusão que divide a sociedade em dois campos irreduzíveis. O populismo é, por definição, anti-institucional, supõe ruptura e antagonismo; é uma guerra de posição em vez de movimento (em termos gramscianos).

22. A tese do transformismo no Chile foi emprestada e desenvolvida por Tomás Moulian em *Chile actual: Anatomía de un mito* (Santiago: LOM Editorial, 1997).

23. Em seu emocionado e eloquente discurso de despedida como vice-presidente da Convenção Constitucional de 4 de janeiro, Jaime Bassa questiona o “consenso ao centro”, no Chile e no mundo, construído de maneira forçada e com renúncias em questões fundamentais.

Quase uma década e meia depois, levando em conta a “crise da formação hegemônica neoliberal” e as inadequações e deficiências da esquerda tradicional (marxista e social-democrata), Chantal Mouffe assume claramente a defesa do “populismo de esquerda” (como indicado pelo título de seu livro). Estamos testemunhando um “momento populista”, diz ela, com expressões à direita e à esquerda, em um contexto de desorientação dos partidos social-democratas e socialistas. Surge a necessidade de que esse liberalismo social-democrata e reformista de centro-esquerda que se transformou em liberalismo — que não deve ser confundido com o socialismo liberal de Norberto Bobbio, com mais possibilidades para este último — se torne um projeto diferente. Diante dos avanços significativos do populismo de direita, deveríamos nos opor a ele por meio de um “populismo de esquerda”, entendido como uma estratégia discursiva de construção da fronteira política entre o povo e a oligarquia. Devemos incorporar as demandas dos novos movimentos sociais em termos de uma repolitização da sociedade, após anos de pós-política, pós-democracia, consensos e apelos ao centro e às classes médias. As esperanças estão depositadas no SYRIZA na Grécia, Podemos na Espanha, Jeremy Corbyn no Reino Unido, Jean-Luc Mélenchon e seu movimento “França Insubmissa”, A Esquerda (*Die Linke*) na Alemanha e o Bloco de Esquerda em Portugal, entre outros (a Frente Ampla e a Apruebo Dignidad no Chile?).

O que se propõe não é uma ruptura revolucionária que acabe com as instituições da democracia liberal, mas também não é o reformismo gradualista de uma social-democracia que foi cooptada pelo capitalismo neoliberal. O populismo de esquerda significa romper com o consenso pós-político entre a centro-direita e a centro-esquerda e estabelecer uma nova fronteira política, que permita um movimento de radicalização da democracia e uma nova ordem hegemônica que restaure a articulação entre liberalismo e democracia, negada pelo neoliberalismo.

Se quisermos definir o populismo “como uma forma extrema de projeto democrático”, como o faz Pierre Rosanvallon (“El siglo del populismo”, *Galaxia Gutenberg*, p. 23), então teremos que ver se o projeto de refundação da Apruebo Dignidad se desenrolará do lado de fora ou dentro dos limites da democracia liberal ou representativa e sua correlação com os direitos

individuais e o Estado de direito. O presidente eleito, Gabriel Boric, e seu governo enfrentam um enorme desafio: como conciliar a marca reformista e social-democrata que o levou à vitória no segundo turno das eleições com uma coalizão como a Apruebo Dignidad, em cujo DNA está o tom de refundação na forma de populismo de esquerda. O primeiro jogo será disputado entre hoje e setembro, no trabalho da Convenção Constitucional, que conta com uma clara hegemonia da Apruebo Dignidad (PC e Frente Ampla) e das forças que estão localizadas à sua esquerda, como a antiga Lista do Povo, lista de movimentos sociais e assentos reservados. Nessa conformação, as forças da centro-esquerda — e as de direita ou de centro-direita — são bastante marginais, com poucas chances de influenciar. Se a evolução reformista e social-democrata será jogada principalmente no governo — especialmente em consideração ao relativo equilíbrio político entre as forças do governo e da oposição no parlamento —, o ímpeto de refundação será jogado principalmente na Convenção Constitucional. O que está claro é que, nos primeiros seis meses do governo, coincidindo com o fim dos trabalhos da Convenção — marcado para 4 de julho, com um plebiscito de saída marcado para sessenta dias depois —, essas duas lógicas entrarão em conflito. Resta saber que tipo de arbitragem o presidente eleito, Gabriel Boric, conseguirá exercer em seu duplo papel de chefe de governo e líder da coalizão. Resta saber qual será o poder de atração do “socialismo democrático” (PS-PPD-PRSD) nessa nova conformação política composta por duas coalizões. Será necessário observar, em suma, até que ponto o espírito de refundação e o populismo de esquerda que está no DNA da Apruebo Dignidad conseguem se impor sobre o projeto da centro-esquerda, reformista e social-democrata na formação de uma nova força hegemônica, que consiga abandonar os despojos da história e abrir o caminho para a imaginação política em torno do marco fundador de uma nova Constituição.

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG

